DIÁRIO OFICIAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, quarta-feira 07 de julho de 1993 — DO DISTRITO FEDERAL — ANO XVII Nº 136

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNADOR.....1
SECRETARIA DE GOVERNO.....9
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....11
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....14
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....18
SECRETARIA DE SAÚDE.....21
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA.....23
SECRETARIA DE OBRAS.....23
SECRETARIA DE TRANSPORTES.....24
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....24
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO.....24
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....25
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....25

TRIBUNAL DE CONTAS 27

AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS.....33
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.....35

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO N.º 14.836 DE 06 DE julho DE 1993

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 19.857.376.000,00 (dezenove bilhões, oitocentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta e seis mil cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso III, da Lei nº 404, de 30 de dezembro de 1992, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 053.000587/93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 19.857.376.000,00 (dezenove bilhões, oitocentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta e seis mil cruzeiros), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente do Convênio nº 001/93, firmado com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO.

Art. 3º A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela unidade orçamentária interessada no valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de julho de 1993.

105º da República e 34º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — F I S C A L

SUPLEMENTACAO

ANEXO AO DECRETO No. 14.836 de 06 de julho de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA					19.857.376
22.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL					19.857.376
060300178.2061 COORDENACAO E EXECUCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS					19.857.376
060300178.2061.0001 FUNCIONAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	34.90.30	032		6.000.000	
	34.90.36	032		2.857.376	
	34.90.39	032		1.900.000	
	45.90.51	032		6.000.000	
	45.90.52	032		3.900.000	19.857.376
00249/ 1				TOTAL	19.857.376

DECRETO N.º 14.837 DE 06 DE JULHO DE 1993

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "b" da Lei nº 404, de 30 de dezembro de 1992, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o que consta do Processo nº 139.000395/93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Região Administrativa XI-Cruzeiro, o crédito suplementar no valor de Cr$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de Julho de 1993.

105º da República e 34º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — F I S C A L

SUPLEMENTACAO

ANEXO AO DECRETO No. 14.837, de 06 de Julho de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO					300.000
11.113 REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO					300.000
030070021.2161 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					300.000
030070021.2161.0018 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO CRUZEIRO	34.90.93	000		300.000	300.000
00253/ 1				TOTAL	300.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — F I S C A L

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO No. 14.837, de 06 de Julho de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO					300.000
11.113 REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO					300.000
030070021.2161 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					300.000
030070021.2161.0018 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO CRUZEIRO	45.90.52	000		300.000	300.000
00253/ 2				TOTAL	300.000

DECRETO N.º 14.838 DE 06 DE JULHO DE 1993

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso IV, da Lei nº 404, de 30 de dezembro de 1992, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o que consta do Processo nº 030.006946/93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, o crédito suplementar no valor de Cr$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), para atender a programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de JULHO de 1993.
105º da República e 34º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I EXERCICIO DE 1993 Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

SUPLEMENTACAO

ANEXO AO DECRETO No. 14.838, de 06 de Julho de 1993. RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
25.000 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO					8.000.000
25.103 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS					8.000.000
03807021.2034 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS					8.000.000
03807021.2034.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	34.90.39	000		8.000.000	8.000.000
00255/ 1			TOTAL		8.000.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1993 Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO No. 14.838, de 06 de Julho de 1993. RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
25.000 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO					8.000.000
25.103 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS					8.000.000
03807021.2034 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS					8.000.000
03807021.2034.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	45.90.52	000		8.000.000	8.000.000
00255/ 2			TOTAL		8.000.000

DECRETO N.º 14.839 DE 06 DE JULHO DE 1993

Regulamenta a Lei nº 412, de 15 de janeiro de 1993, no que dispõe sobre o tratamento tributário favorecido dispensado às empresas de pequeno porte estabelecidas no Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto no art. 22 da Lei nº 412, de 15 de janeiro de 1993,

D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 412, de 15 de janeiro de 1993, no que dispõe sobre o tratamento tributário favorecido dispensado às empresas de pequeno porte estabelecidas no Distrito Federal.

C A P Í T U L O I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 2º Considera-se empresa de pequeno porte, para os fins deste Decreto, a firma individual ou a sociedade cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor correspondente a 1.500 (um mil e quinhentas) Unidades Padrão do Distrito Federal - UPDF, e inscrita no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF / DF), na qualidade de contribuinte:

I - do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

II - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

III - simultaneamente, dos impostos referidos nos incisos anteriores.

§ 1º A receita bruta anual é o somatório das receitas brutas mensais de qualquer natureza, obtidas pela firma individual ou pela sociedade.

§ 2º A receita bruta mensal deverá ser expressa em UPDF, dividindo-se o valor da receita mensal, em moeda corrente, pelo valor da UPDF mensal vigente no mesmo mês.

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES DE INCLUSÃO NO REGIME DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Não se inclui, no regime de empresa de pequeno porte, a firma individual ou a sociedade:

I - que tenha sido desenquadrada, de ofício, do regime de microempresa, enquanto não transcorrido o prazo de vinte e quatro meses, contado do mês de janeiro do exercício seguinte ao do desenquadramento;

II - que possua mais de um estabelecimento, ainda que localizado em outra unidade federada;

III - que seja constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - que tenha como sócio pessoa física domiciliada no exterior;

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
Diretor Responsável
CLEMENTE LUZ
Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação diretor 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312
e 225-7055 Ramal 137

EXEMPLAR AVULSO: Cr$ 40.000,00
ASSINATURAS: Cr$ 1.183.000,00
PORTE ECT: Cr$ 1.210.000,00

V - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa;

VI - cujo titular ou sócio esteja inscrito em Dívida Ativa;

VII - cujo titular ou sócio seja pessoa jurídica;

VIII - cujo sócio, titular, respectivo cônjuge ou filho tenha participação no capital de outra empresa, com percentual superior a 5% (cinco por cento);

IX - que realize operações ou preste serviços, ainda que em caráter eventual, relativos a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;

f) comércio varejista de veículos novos e usados;

g) comércio varejista de peças e acessórios para veículos;

h) comércio varejista de joalheria e relojoaria, inclusive metais preciosos, pedras preciosas e semi-preciosas, lapidadas, e peças para relógios;

i) comércio varejista de artigos de ótica;

j) comércio atacadista em geral.

X - que preste serviços profissionais de médico, dentista, veterinário, engenheiro, arquiteto, advogado, economista, despachante ou de outras profissões cujo exercício dependa de habilitação profissional exigida por lei;

XI - que resulte do desmembramento de outra empresa ou da transmutação de qualquer de seus estabelecimentos em empresa autônoma, salvo se a transformação tiver ocorrido até 27 de novembro de 1984.

XII - que participe do capital de outra pessoa jurídica.

Parágrafo único. A empresa de pequeno porte poderá participar em sociedades cooperativas, centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras associações assemelhadas, desde que essas associações não exerçam as atividades referidas no inciso IX deste artigo.

C A P Í T U L O I I

DO ENQUADRAMENTO NO REGIME DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

SEÇÃO ÚNICA

DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º A inclusão no regime de empresa de pequeno porte dar-se-á por requerimento da firma individual ou da sociedade, condicionada à aceitação, pelo Fisco, das informações prestadas pela empresa, inclusive quanto a elementos econômico-fiscais indiciários da sua capacidade contributiva.

§ 1º As informações serão prestadas por meio do Requerimento de Enquadramento no Regime de Empresa de Pequeno Porte - RPP, segundo modelo definido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

§ 2º É facultado, à firma individual ou à sociedade, requerer o enquadramento no regime de empresa de pequeno porte, simultaneamente à sua inscrição no CF/DF.

Art. 5º Compete ao Departamento da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento deliberar sobre o enquadramento das empresas no regime de que trata este Decreto.

§ 1º O titular do Departamento da Receita poderá subdelegar a competência prevista neste artigo para os titulares das Divisões da Receita.

§ 2º A deliberação quanto ao enquadramento deverá observar os requisitos fixados nos arts. 2º e 3º e demais exigências estabelecidas neste Decreto.

Art. 6º Para efeito de enquadramento, a empresa informará o valor da receita bruta, observadas as seguintes hipóteses:

I - no caso de empresa em constituição, as receitas previstas até o final do exercício;

II - no caso de empresa constituída no exercício em que requerer o enquadramento, as receitas auferidas e as previstas até o final do exercício;

III - no caso de empresa constituída em exercício anterior, as receitas auferidas no exercício imediatamente anterior ao do requerimento de enquadramento, nos meses em que exerceu atividade.

Parágrafo único. Caso as informações relativas às receitas brutas mensais não correspondam ao exercício integral, o Fisco proporcionalizará os valores para estimar a receita bruta anual.

Art. 7º A inclusão de empresa no regime de que trata este Decreto terá início a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao da data do deferimento do RPP.

§ 1º Na hipótese de empresa em constituição, a inclusão da empresa dar-se-á a partir da data do deferimento do RPP.

§ 2º Para fins deste Decreto, considera-se que a constituição da empresa ocorre na data da homologação de sua inscrição no CF/DF.

Art. 8º A opção pelo regime de empresa de pequeno porte limita a transferência de crédito do ICMS ao montante efetivamente cobrado.

C A P Í T U L O I I I

DO DESENQUADRAMENTO DO REGIME DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

SEÇÃO I

DAS FORMAS DE DESENQUADRAMENTO

Art. 9º A empresa de pequeno porte será desenquadrada do regime de que trata este Decreto, por comunicação do contribuinte ou de ofício.

Parágrafo único. A comunicação referida neste artigo será feita por meio da Declaração Fiscal da Empresa de Pequeno Porte - DPP, segundo modelo definido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Art. 10. O desenquadramento por comunicação do contribuinte dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando exceder, em dois anos consecutivos ou três alternados, o limite da receita bruta fixado no art. 2º, ou caso venha a incidir em qualquer das situações previstas no art. 3º.

Art. 11. O desenquadramento de ofício do regime da que trata este Decreto ocorrerá nos casos em que a empresa de pequeno porte:

I - ultrapassar o limite estabelecido no art. 2º, em dois anos consecutivos ou três alternados;

II - incidir em qualquer das hipóteses previstas no art. 3º;

III - deixar de emitir documento fiscal ou emitir documento fiscal inidôneo;

IV - deixar de recolher o imposto devido;

V - prestar às autoridades fazendárias informações ou declarações falsas, em que se constate fraude ou má fé.

Parágrafo único. O desenquadramento se dará a partir da data de ocorrência do fato que lhe deu motivo.

Art. 12. Em qualquer hipótese de desenquadramento, a empresa não poderá pleitear novo enquadramento enquanto não houver transcorrido o prazo de vinte e quatro meses, contado a partir do mês de janeiro do exercício imediatamente posterior ao da ocorrência do fato.

SEÇÃO II

DO IMPOSTO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES POSTERIORES AO DESENQUADRAMENTO

Art. 13. O ICMS e o ISS, devidos em razão de fatos geradores posteriores ao mês em que ocorreu o desenquadramento, serão apurados e integralmente recolhidos na forma da legislação específica de cada imposto.

C A P Í T U L O I V

DO REGIME TRIBUTÁRIO DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

SEÇÃO I

DA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS

Art. 14. A empresa enquadrada no regime previsto neste Decreto deverá apurar o imposto devido de acordo com a legislação aplicável ao ICMS ou ao ISS.

Art. 15. A empresa recolherá o correspondente a 70% do imposto devido, apurado na forma do artigo anterior.

Art. 16. O tratamento favorecido previsto neste Decreto não dispensa a empresa de pequeno porte de recolher, integralmente:

I - a parcela do imposto devido por terceiros e por ela retida;

II - O ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual nas operações e prestações provenientes de outras unidades federadas, a ela destinadas na condição de consumidor final, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 7, de 29 de dezembro de 1988;

III - o ICMS incidente nas operações em que as mercadorias, originariamente adquiridas para industrialização e comercialização, venham a ser destinadas ao consumo ou à integração ao ativo fixo, na forma do § 1º do art. 3º da Lei nº 7, de 1988, considerados os créditos fiscais correspondentes;

IV - o ICMS devido nas operações com diferimento do imposto, relativamente às entradas de mercadorias no estabelecimento, na forma da legislação pertinente;

V - o ICMS incidente nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

VI - o ICMS incidente sobre o valor de custo, acrescido de 30% (trinta por cento), das mercadorias constantes do estoque final existente na data de encerramento da atividade da empresa.

SEÇÃO II

DA TRIBUTAÇÃO DO EXCESSO DA RECEITA BRUTA

Art. 17. No mês em que for excedido o limite fixado no art. 2º deste Decreto, a empresa recolherá, integralmente, o imposto devido sobre o excesso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, ao ICMS e ISS referentes a fatos geradores ocorridos nos meses subseqüentes ao da verificação do excesso, até o final do exercício.

SEÇÃO III

DA ESCRITURAÇÃO FISCAL

Art. 18. A empresa de pequeno porte manterá escrituração fiscal na forma prevista na legislação específica de cada imposto.

SEÇÃO IV

DO RECOLHIMENTO DOS IMPOSTOS

Art. 19. A parcela do imposto devido pela empresa de pequeno porte, em cada mês, será recolhido até o vigésimo dia do mês subseqüente, atualizado monetariamente.

§ 1º Se o recolhimento for realizado até o nono dia do mês subseqüente, fica dispensada a atualização monetária.

§ 2º Quando a data de recolhimento ocorrer em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetivado no dia útil imediatamente posterior.

SEÇÃO V

DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 20. Os documentos fiscais a serem emitidos pela empresa de pequeno porte deverão conter, obrigatoriamente, além dos requisitos previstos na legislação de cada imposto, a expressão "Empresa de Pequeno Porte".

Parágrafo único. A empresa poderá utilizar os documentos fiscais existentes no estabelecimento, observado o prazo de validade para emissão neles consignado, desde que seja aposta, por carimbo, em todas as vias, de forma clara, a expressão prevista no **caput** deste artigo.

Art. 21. O ICMS a ser destacado em nota fiscal emitida por empresa de pequeno porte deverá corresponder a 70% do imposto incidente sobre a operação ou prestação.

SEÇÃO VI

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 22. Além das obrigações previstas nos Regulamentos do ICMS e do ISS, a empresa de pequeno porte fica obrigada à apresentação da DPP, com a periodicidade e no prazo estabelecidos pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

C A P Í T U L O V

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

SEÇÃO I

DAS MULTAS RELATIVAS À OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 23. Independentemente das sanções penais cabíveis, a empresa de pequeno porte fica sujeita às seguintes penalidades:

I - quando os impostos não forem recolhidos no prazo regulamentar, multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto atualizado monetariamente;

II - quando ocorrer falta de pagamento ou recolhimento a menor do imposto devido, se apurada a infração mediante ação fiscal:

a) tratando-se de imposto devidamente lançado, multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor do imposto atualizado monetariamente;

b) tratando-se de imposto cujos documentos fiscais tenham sido regularmente emitidos e os respectivos valores não escriturados, no todo ou em parte, multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto atualizado monetariamente;

c) nos casos de sonegação, fraude ou conluio, multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto atualizado monetariamente.

SEÇÃO II

DAS MULTAS RELATIVAS ÀS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 24. A empresa de pequeno porte, quando descumprir obrigação tributária acessória, fica sujeita a multa equivalente a três UPDF.

Parágrafo único. A multa será de cinco UPDF, quando o descumprimento resultar em falta de pagamento de tributo, ou no caso em que se constate sonegação, dolo, fraude, simulação, conluio ou falsidade das declarações ou das informações prestadas às autoridades fiscais competentes.

SEÇÃO III

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS PENALIDADES

Art. 25. A imposição de multa não exclui o pagamento do tributo atualizado monetariamente e dos juros de mora, nem exime o infrator do cumprimento das obrigações tributárias acessórias.

Art. 26. As multas e os juros de mora incidirão sobre o valor do tributo atualizado monetariamente.

Art. 27. As multas serão cumulativas quando decorrerem do não cumprimento simultâneo de obrigações tributárias acessória e principal.

Art. 28. A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a aplicação do disposto no art. 10 deste Decreto.

Art. 29. Aplicam-se às multas previstas neste Capítulo as reduções de que trata o art. 194 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e alterações posteriores.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Aplicam-se, no que couber, e supletivamente, as disposições estabelecidas na legislação tributária do Distrito Federal.

Art. 31. A Secretaria de Fazenda e Planejamento expedirá os atos complementares a este Decreto.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 1993.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de Julho de 1993
105º da República e 34º de Brasília.
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO N.º 14.840 DE 06 DE julho DE 19 93

Altera disposições do Decreto nº 14.648, de 25 de março de 1993, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e considerando o disposto no art. 20, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os arts. 6º, 18, 20 e 21 do Decreto nº 14.648, de 25 de março de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Na avaliação do fator assiduidade serão computadas todas as faltas injustificadas ocorridas no semestre.

"Art. 18 - Ao servidor em estágio probatório não serão concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 91, 92, 95 e 96 da Lei nº 8.112/90.

"Art. 20 - No caso de afastamento, não previsto no art. 18, igual ou superior ao semestre objeto de avaliação, será considerado apto no período de afastamento e avaliado no período restante, se houver.

"Art. 21 - Ao servidor que durante o estágio probatório for nomeado para cargo em comissão ou equivalente também será avaliado, no período em que se encontrar investido no cargo."

Art. 2º - O Secretário de Administração poderá, quando exigirem as peculiaridades das atividades do órgão, além das disposições constantes do art. 4º do Decreto 14.648, de 25 de março de 1993, estabelecer fatores específicos a serem considerados na avaliação no estágio probatório.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se o parágrafo único do art. 18 do Decreto nº 14.648, de 25 de março de 1993, e as disposições em contrário.

Brasília, 06 de julho de 1993.
105º da República e 34º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO N.o 14.841 DE 06 DE julho DE 19 93

Cria Grupo de Trabalho com a finalidade que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado um Grupo de Trabalho para desenvolver o Programa de Combate à Fome no Distrito Federal, em consonância com o Programa Nacional da Fome implantado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros, sob a coordenação do Governador do Distrito Federal:

. BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ - Secretário de Governo;

. STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS - Secretária de Administração;

. EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL - Secretário de Fazenda e Planejamento;

. EURIDES BRITO DA SILVA - Secretária de Educação;

. CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA - Secretário de Saúde;

. MARIA AUGUSTA ERICH DE MENEZES - Secretária de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;

. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Secretário de Obras;

. ANTÔNIO AURELIANO SANCHES DE MENDONÇA - Secretário de Transportes;

. FRANCISCO MONTEIRO GUIMARÃES - Secretário de Agricultura

. JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO - Secretário de Segurança Pública

. FERNANDO ALBERTO CAMPOS LEMOS - Secretário de Cultura, Esporte e Turismo;

. EVANDRO KALUME PIRES - Secretário de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Regional;

. JOSÉ RENATO RIELLA - Secretário de Trabalho;

. WELIGTON LUIZ MORAES - Secretário de Comunicação Social;

. PAULO CEZAR TIMM - Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia;

. ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDÃO - Procurador-Geral do Distrito Federal;

. Cel BM LUIZ UBIRATAN DE OLIVEIRA - Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do DF;

. Cel PM EDES COSTA - Comandante-Geral da Polícia Militar do DF;

. VASCO PEREIRA ERVILHA - Diretor- Presidente do BRB;

. NEWTON EGYDIO ROSSI - Presidente da Federação do Comércio do DF;

. ANTONIO FÁBIO RIBEIRO - Presidente da Federação das Indústrias do DF.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento eventual, os membros do Grupo de Trabalho poderão designar representantes.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho deverá apresentar, até o dia onze (11) do corrente mês, um plano de ações emergenciais e de médio prazo, com início de implantação previsto para o dia dezenove (19) deste, e que será desenvolvido com a participação de todos os órgãos do Distrito Federal.

Art. 4º - Incumbe à Secretaria do Trabalho prestar o apoio administrativo ao Grupo de Trabalho de que trata o artigo 1º.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de julho de 1993.
105º da República e 34º de Brasília .

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, por motivo de aposentadoria, RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 12.598-9, do Cargo em Comissão, símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Administração da Feira Modelo, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 24.06.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar ELIANE CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 30.690-8do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Assistente da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, ADILSON MARTINS DA SILVA, matrícula nº 38.127-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Adminsitração Regional do Núcleo Bandeirante, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, ALOÍSIO ANTONIO DE MENESES EVARISTO, matrícula nº 33.398-0, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Manutenção, Símbolo DFG-11, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a partir de 1º de julho de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 01 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, LUIS CARLOS LOPES, matrícula nº 009, do Cargo em Comissão de Gerente, Código DFG-12, da Gerência de Pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 1º de julho.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido WALTER ANTÔNIO DA SILVA, matrícula nº 34.933-X, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Elaboração Orçamentária, Símbolo DFG-11, da Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar LAÉCIO FERRAZ DOS SANTOS, do Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a partir de 07 de maio de 1993, por motivo de aposentadoria.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar,COLBERT GADIA do Cargo de Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, na qualidade de representante da Secretaria de Transportes Urbanos, na qualidade de representante da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar HALEY DIAS GALEOTTI do Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Fiscalização e Vistoria da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a contar de 07 de maio de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, SOLON RÉGIS NOGUEIRA RAPOSO,do Cargo de Membro Suplente da Junta de Controle do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, na qualidade de representante da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de.1993,

RESOLVE:

ExonerarMARY BLANC DIAS BARBOSA,do Cargo em Comissão de Gerente de Fiscalização e Vistoria, Símbolo DFG-12, da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 02 de junho de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido,COLBERT GADIA do Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, a contar de 31 de maio de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 02 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Exonerar, por motivo de extinção do cargo, ALEXANDRE VASQUEZ TRINDADE, matrícula nº 34.890-2, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Coordenação de

Estudos e Pesquisas da Secretaria Especial de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, a contar de 15 de junho de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 135, de 06.07.93)

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

1. Dispensar, por estar sendo nomeada para outro Cargo, IRENE MERGENER CUNHA, do Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Programação e Projetos-GPP, da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 01.07.93.

2. Designar, IRENE MERGENER CUNHA, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Planejamento e Estudos Especiais GPE, da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 01.07.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Designar, CLOVIS ANTONIO BARBARÁ JACOB, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Programação e Projetos — GPP da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 01.07.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Designar MANOEL GUIMARÃES, Assessor do Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria de Agricultura, matrícula nº 30.778-5, para substituir Dr. MÁRIO SERGIO BOAVENTURA DE SÁ, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura, matrícula nº 35.456-2, no período de 14.06 à 03.07.93, por motivo de férias regulamentares.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear JAIME ROMERO GOUVEIA GUEDES para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Fiscalização e Vistoria, Símbolo DFG-12, da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a partir de 02 de junho de 1993,

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear ANTÔNIO LÚCIO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Fiscalização e Vistoria da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a contar de 07 de maio de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear PAULO ROBERTO SOARES, Administrador, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Gabinete do Administrador Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Nomear ELIZABETE MARIA GASPAROTTI DE OLIVEIRA, Arquiteta, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Assistente da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Nomear VOLMI BATISTA DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão de Cultura, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Nomear o Bacharel em Direito ADILSON MARTINS DA SILVA, matrícula nº 38.127-6, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Assessoria Técnica da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear JANILSON SILVA TELES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da COTEME, da Diretoria da Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal,

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear FRANCISCO ALENCAR VILELA LEITE, Engenheiro Civil, matrícula nº 1.072-8, do Quadro de Pessoal da SHIS, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão Regional de Obras Públicas, Símbolo DFG-12, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 01 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

RESOLVE:

Nomear JARBAS SILVA MARQUES para exercer o Cargo em Comissão de Gerente, Código DFG-12, da Gerência de Pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 1° de julho.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ ARTHUR PINTO MILHOMENS, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Núcleo de Segurança, Higiene e Medicina do trabalho, Símbolo DFG-09, da Divisão de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

NOMEAR GILSON MOREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário-Administrativo, Símbolo DFA-03, da Gerência de Orientação e Apoio Normativo ao Sistema Regional, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear o Engenheiro ABDON CAVALCANTI ITAPÁ, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão Regional de Licenciamento de Obras, Símbolo DFG-12, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ TOBIAS DE REZENDE, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear CLEIDE MAGALHÃES DIAS, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 06 DE JULHO DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993,

RESOLVE:

Nomear CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário-Administraativo, Símbolo DFA-02, da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal,

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DESPACHO

PROCESSO N°: 030.003.787/93
INTERESSADO. ESTEVAM IEMINI DE REZENDE — Cel. QOPM da RR.
ASSUNTO: Incorporação de gratificação

I — Concedo ao requerente a Gratificação de Reapresentação a que faz jus, nos termos do previsto no artigo 3°, da Lei n° 213, de 23 de dezembro de 1991, e de conformidade com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIN n° 677-1-DF, publicada no Diário de Justiça n° 95, de 21 de maio de 1993.

II — À Secretaria de Administração para as providências complementares quanto ao pagamento.

Brasília, 25 de junho de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CASA MILITAR

PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1993

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o Inciso XIV do Artigo 54 do Decreto nº 7.857 de 13 de janeiro de 1984 e considerando o disposto no Artigo 1º do Decreto número 13.981, de 08 de junho de 1992,

R E S O L V E :

TORNAR PÚBLICO a Tabela de Diárias a ser aplicada aos Servidores Militares da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, lotados na Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Tabela dos Valores das Diárias Com Vigência a Contar de 01 de Julho de 1993.(DOU Nº 114, de 18 Jun 93.

POSTO/GRADUAÇÃO	VALOR	20%	40%
OFICIAL SUPERIOR (CEL / TC / MAJ)	1.961.914,00	392.382,80	784.765,60
OFICIAL INTERM. E SUBALTERNO(CAP/1º e 2º TEN)	1.634.919,00	326.983,80	653.967,60
SUBTENENTE/SARGENTO	1.362.429,00	272.485,80	544.971,60
CABO / SOLDADO	1.089.948,00	217.989,60	435.979,20

O valor da Diária será acrescida da importância equivalente a 40%(quarenta por cento)nos deslocamentos para as cidades de MANAUS/SALVADOR/RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO/FOZ DO IGUAÇU/RIO BRANCO/MACAPÁ/BOA VISTA e PORTO VELHO e de 20%(vinte por cento) para as cidades de RECIFE/SÃO LUÍS/ BELÉM e FLORIANÓPOLIS.

Os valores das Diárias correspondem as despesas com pousada,alimentação e locomoção urbana.

ALCIR DA SILVA FAULHABER - CEL QOPM

PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1993

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3° do Decreto n° 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Conceder o pagamento da Gratificação por encargo em Gabinete, na categoria de Assistente, ao Servidor NILSON RODRIGUES FELIX — mat. 45.466/4, Técnico de Assistência à Educação da Fundação Educacioal do Distrito Federal,o qual ficará lotado na Divisão Administrativa da Casa Militar.

ALCIR DA SILVA FAULHABER — Cel QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO N° 179 DE 28 DE JUNHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item IV, do artigo 31 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 12.538 de 30 de julho de 1990,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores MARCOS MOENNICH, matrícula n° 04.170-X, Inspetor de Obras, Classe Especial, Padrão III, como presidente, PEDRO BRAGA NETTO, matrícula n° 33.537-1, Chefe da Seção de Obras e Reparos, Código DFG-02,MÁRIO REIS COUTINHO FILHO, matrícula n° 65.017-X/NOVACAP, Advogado como membros, DEBORA DE SOUZA COELHO, matrícula n° 68.485-6/NOVACAP, como secretária, comporem a Comissão para apurar irregularidades no Processo n° 110000189/84,no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação.

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

ORDEM DE SERVIÇO N° 180 DE 30 DE JUNHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuida pelo item IV, do artigo 31 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 12.538 de 30 de julho de 1990,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor OSVALDO TEIXEIRA GOES JÚNIOR, matrícula n° 08.839-0, Assistente da Divisão de Obras Públicas. Código DFA-05, como executor do convênio 003/91, firmado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital-NOVACAP, objetivando a execução dos serviços de áreas urbanizadas e ajardinadas em 3.1 — OPERAÇÃO TAPA BURACOS, 3.3 — CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, 3.4 — CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS, 3.5 — RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS E MEIO FIOS, 3.6 — RECUPERAÇÃO, DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BOCA-DE-LOBO E GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS e 3.12 — CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO, para substituir LILIANA BALDUINO S. GONZAGA, matrícula n° 30.138-8, Diretora da Divisão de Obras Públicas, no período de 23 de junho a 07 de julho de 1993, por motivo de Licença Médica.

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

ORDEM DE SERVIÇO N° 181 DE 06 DE JULHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item IV,do artigo 31 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 12.538 de 30 de julho de 1990,

RESOLVE:

I — DESIGNAR os servidores MANOEL ASSUNÇÃO DE BRITO, matrícula n° 34.084-7, Diretor da Divisão de Serviços Públicos,Código DFG-11, como presidente, LUIZA HELENA WERNECK V. PIMENTEL, matrícula n° 33.546-0, Diretora da Divisão de Administração Geral, Código DFG-11, MARIA JOSÉ INÁCIO DA SILVA MELÃO, matrícula n° 65.860-X/NOVACAP, Adminstradora, MARCO ANTONIO SANTOS DE MELO, matrícula n° 49.256-6/CAESB, Administrador, CARMEN MEIRELLES SAMPAIO, matrícula n° 19.524-3, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, GILVAN JOÃO DA SILVA, matrícula n° 21.641-0, Fiscal de Posturas, Classe Especial, Padrão III e SHEILA FERNANDES RUFFINO, matrícula n° 67.561-X/NOVACAP da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais-SUCAR, como membros, para realizar um estudo sobre o projeto de Lei que cria o Código de Postura objetivando oferecer sugestões que subsidiem aquela Comissão no referido projeto.
II — A referida Comissão terá o prazo de 60 (sessenta dias) a contar da data de sua publicação.
III — Revogada a Ordem de Serviço n° 031 de 05.02.93

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

ORDEM DE SERVIÇO N° 182 DE 06 DE JULHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item IV, do artigo 31 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 12.538 de 30 de julho de 1990,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço n° 168 de 08 de junho de 1993, publicado no DODF n° 121 de 17.06.93,pág. 06, que designa a servidora MARIA ELIZABETE RODRIGUES RIBEIRO, a substituir VIRGINIA CUSSI SANCHEZ.

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

ORDEM DE SERVILO N° 183 DE 06 DE JULHO DE 1993

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço n° 169 de 08 de junho de 1993, publicado no DODF n° 121 de 17.06.93, pág. 06, que concede Indenização de Transporte a servidora MARIA ELIZABETE RODRIGUES RIBEIRO.

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

ORDEM DE SERVIÇO N° 193 DE 06 DE JULHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item IV, do artigo 31 do Regimento aprovado pelo Decreto n° 12.538, de 30 de julho de 1990,

RESOLVE:

AUTORIZAR com base no artigo 87 da Lei 8.112, de dezembro de 1990, a Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor MANOEL DE SOUZA PONTES, matrícula n° 32.757-3, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para serem gozadas no período de 01.07 à 31.09.93.

HAROLDO FELIPE COELHO MEIRA

CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE JULHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO — RA-XI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 57, inciso XLIX, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n° 11.160, de 27 de julho de 1988, e considerando o disposto no artigo n° 87, da Lei n° 8.112/90,

RESOLVE:

Conceder a servidora TERESINHA GUIMARÃES DA CRUZ, Técnico de Administração Pública, matrícula n° 31.275-4, usufruto, no período de 05/07/93 a 03/08/93, da Licença-Prêmio por Assiduidade a que faz juz, referente ao 1° Quinqüênio: 01/04/84 a 30/03/89, conforme publicação no DODF n° 101, de 22/05/92, pág. 10/11.

ODILON AIRES CAVALCANTE

TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1993

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 36, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 5.164, de 21 de março de 1980.

RESOLVE:

DESIGNAR, GINÍZIO CORDEIRO FILHO, Fiscal de Posturas, matrícula n° 25118-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ADAIAS ROBERTO DINIZ DA SILVA, Encarregado de Turma de Topografia, Código DFG-01, da Seção de Topografia, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, desta Administração Regional, por motivo de férias do titular, no período de 02 a 31.08.93.

EDIMAR BRAZ DE QUEIROZ

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE- RA VIII

ORDEM DE SERVIÇO Nº 062 de 01 DE JULHO DE 1993.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE,no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 21, Inciso IV, do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973 e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 14.758, de 01 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.811, de 28 de junho de 1993.

R E S O L V E :

Regulamentar as ocupações, a título precário , de espaços em próprios do Distrito Federal, sob a responsabilidade desta Administração, nos seguintes termos:

1 - A autorização para a ocupação de próprios do Distrito Federal dar-se-á a título precário, mediante requerimento do interessado (pessoa física ou jurídica).

2 - No ato do requerimento o interessado apresentará à Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII, a seguinte documentação:

I - Alvará de Funcionamento, quando for o caso;

II - Comprovante de recolhimento das taxas devidas;

III - Autorização do Juizado de Infância e da Juventude, nas hipóteses previstas em lei;

IV - Liberação da realização do evento pela censura, a ser efetuada pelo órgão próprio da Secretaria de Segurança Pública;

V - Roteiro do evento ou programa.

3 - Deferido o pleito por período superior a 10(dez) dias, as partes firmarão Termo de Compromisso, por formulário padrão autorizado por Decreto, a fim de formalizar a ocupação do espaço pretendido.

4 - Quando a ocupação for inferior a 10(dez) dias, o usuário deverá assinar um Termo de Compromisso, elaborado por esta Administração Regional, conforme modelo estabelecido no anexo à presente Ordem de Serviço.

5 - Após a formalização citada no ítem anterior, o Termo de Compromisso deverá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Distrito Federal, para registro e publicação do mesmo.

6 - A cobrança da taxa de ocupação será fixada em UPDF, em conformidade com os coeficientes nos anexos I e II do Decreto ora regulamentado.

7 - Os próprios não mencionados no Decreto nº 14.758/93, terão seus preços fixados com base na média entre o menor e o maior valor daqueles constantes nos Anexos I e II, calculados conforme a sua destinação, a critério do titular dest órgão.

8 - em se tratando de ocupação por período superior a 30(trinta) dias, a taxa será recolhida mensalmente, sendo a primeira parcela no ato da assinatura do Termo de compromisso e as demais até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, levando-se em conta sempre o valor da UPDF vigente à época do pagamento.

9 - Ocorrendo atraso no pagamento da taxa de ocupação, nos casos de ocupação por período superior a 30(trinta)dias, incidirão cumulativamente os seguintes acréscimos:

I - Juros de mora de 1+(Um por cento) ao mês ou fração;

II - Atualização monetária, segunda a variação da Unidade Padrão do Distrito Federal - UPDF - Diária.

III - Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor ataulizado.

10 - Quando a utilização ocorrer por período inferior a 01(um) dia a taxa será estipulada em tantos 1/24(Um vinte e quatro avos) quantas forem as horas autorizadas e recolhidas no ato da assinatura do Termo de Compromisso.

11 - O recolhimento da taxa estabelecida para a ocupação do próprio não desobriga o usuário do pagamento das despesas relativas à energia elétrica, água, telefone e limpeza, postos à sua disposição, o qual se efetivará mediante previsão de despesas fornecidas pelos órgão competentes.

12 - O pagamento previsto no ítem anterior será efetuado proporcionalmente ao período de ocupação do próprio e recolhido no ato de requerimento da autorização de que trata esta Ordem de Serviço.

13 - A Administração Regional não fornecerá nenhum tipo de material mobiliário ou aparelhagem de som necessários à realização de qualquer evento.

14 - Nos casos em que houver decoração ambiental, esta ocorrerá por conta do ocupante, não lhe cabendo direito a ressarcimento ou indenização de qualquer espécie.

15 - O ocupante ficará encarregado de solicitar à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o apoio e o camparecimento no dia do evento, da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito, bem como, caso julgue necessário, solicitar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal a presença de ambulância.

16 - Satisfeitas as exigências previstas nesta Ordem de Serviço,será feita vistoria por funcionário para este fim designado, em companhia do usuário, antes da ocupação do próprio.

17 - Por ocasião da devolução do próprio, será procedida nova vistoria, quando então será assinada declaração de que o mesmo se encontra nas condições em que foi entregue.

18 - Caso sejam constatados danos ou avarias, o ocupante terá o prazo de 03(três) dias úteis, para promover, às suas expensas, os reparos necessários.

19 - Não realizados os reparos de que trata o ítem anterior, o ocupante responderá em juízo pelos danos causados ao próprio.

20 -É vedado ao ocupante modificar a destinação autorizada para a ocupação do próprio, bem como emprestá-lo, sublocá-lo ou cedê-lo a qualquer título, mesmo que sem finalidade lucrativa.

21 - Pelo descumprimento do disposto na presente Ordem de Serviço, à exceção do caso previsto no ítem 08, fica o ocupante obrigado ao pagamento de 10(dez) vezes o valor da Taxa de Ocupação a título de multa, além de juros de 1%(um por cento) ao mês e demais condições legais.

22 - Os casos não previstos no Decreto nº 14.758/93 e nesta Ordem de Serviço serão solucionados pelo titular da Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII.

23 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA.
Administrador Regional-RA VIII.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII

Nº DO PROCESSO:

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo,_____

_____

(qualificação do Ocupante)

_____

de um lado, e de outro o Distrito Federal, representado pelo Administrador Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII, na forma do Artigo 1º do Decreto nº 14.758, de 01.06.93, firmam o seguinte compromisso:

1 - Este Termo tem por objetivo a ocupação pelo compromissário do próprio _____

_____,

com base no § 4º do Art. 3º do Decreto nº 14.758/93.

2 - O prazo de ocupação será de _____

_____.

3 - O preço da Taxa de Ocupação equivale a Cr$_____

(_____)

na forma do Anexo____ do Decreto nº 14.758/93.

4 - No ato da assinatura deste Termo, o compromissário deverá apresentar à Administração Regional do Núcleo Bandeirante-RA VIII o comprovante de recolhimento da Taxa de Ocupação.

5 - Fica o compromissário obrigado ao pagamento das despesas relativas à energia elétrica, água e telefone postos à sua disposição durante o período da ocupação, conforme dispoẽm os ítens 10 e 11 da Ordem de Serviço nº 062, de 01 de julho de 1993.

6 - O compromissário deverá responsabilizar-se pela limpeza geral do local da ocupação, comprometendo-se para tanto, a presentar à Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII, recibo da firma responsável pela limpeza, até 48(quarenta e oito)horas após o evento, responsabilizando-se ainda, pelos danos que venham a ocorrer ao patrimônio ou próprio utilizado, devendo o mesmo ser entregue nas condições em que foi cedido.

7 - O compomissário ficará encarregado de solicitar à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o apoio e o comparecimento no dia do evento, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito, bem como, caso julgue necessário, solicitar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal a presença de ambulância.

8 - Havendo decoração ambiental, essa ocorrerá por conta do compromissário, não lhe cabendo direito a ressarcimento ou indenização de qualquer espécie por parte do Distrito Federal:
9 - É vedado ao compromissário modificar a destinação autorizada para a ocupação do próprio, bem como emprestá-lo,sublocá-lo ou cedê-lo a qualquer título, mesmo que sem finalidade lucrativa.
10 - Pelo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas fica o compromissário obrigado ao pagamento de 10(dez)vezes o valor da Taxa de Ocupação a título de multa, além de juros de 1%(um por cento) ao mês e demais condições legais.

Núcleo Bandeirante-DF,___ de _____ de 1993.

_____
Compromissário

_____
Administrador Regional - RA VIII.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1993.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto na Resolução de 01 de junho de 1989, do Conselho de Política de Pessoal,

R E S O L V E:

Nomear os candidatos abaixo habilitados em concurso público para exercerem o cargo de Procurador 2ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

01 - **LEDA MARIA SOARES JANOT,** classificada em 1º lugar, na vaga de Edina Duarte Marcondes, matrícula nº 06.176-X, em decorrência de sua aposentadoria,

02 - **CARLOS AUGUSTO FIGUEREDO SALAZAR,** classificado em 2º lugar, na vaga de Evandro Ribeiro Paraiso, matrícula nº 28.944-2, em decorrência de seu falecimento.

03 - **LUIZ CARLOS MARINHO DE BARROS,** classificado em 3º lugar, na vaga de Paulo Cesar Carvalho de Mendonça, matrícula nº 05.485-2, em decorrência de sua aposentadoria.

04 - **ADA STELLA BASSI DAMIÃO,** classificada em 4º lugar, na vaga de Roberto de Carvalho, matrícula nº 08.317-8, em decorrência de sua aposentadoria.

05 - **FERNANDO CUNHA JUNIOR,** classificado em 5º lugar, na vaga de Ademar Texeira Costa, matrícula nº 01.937-2, em decorrência de sua aposentadoria.

06 - **MARCELO LAVOCAT GALVÃO,** classificado em 11º lugar, na vaga de Raimundo Alves Cordeiro, matrícula nº 12.882-1, em decorrência de sua aposentadoria.

07 - **ROGÉRIO MARINHO LEITE CHAVES,** classificado em 12º lugar, na vaga de Francisco José Freire, matrícula nº 04.528-4, em decorrência de sua aposentadoria.

08 - **JÚNIA MARISE LANA DA SILVA,** classificada em 14º lugar, na vaga de Lauro Pinto Cardoso Júnior, matrícula nº 16.070-9,em decorrência de sua aposentadoria.

09 - **CESAR RODRIGUES ALVES,** classificado em 15º lugar, na vaga de Hely Vicentini matrícula nº 08.148-5, em decorrência de sua aposentadoria.

10 - **MARA KOLLIKER WERNECK,** classificada em 16º lugar, na vaga de Roberto Gomes Peres, matrícula nº 04.345-1, em decorrência de sua aposentadoria.

11 - **AREF ASSREUY JUNIOR,** classificado em 19º lugar, na vaga de Maria Deize Dalla Costa Horta, matrícula nº 07.615-5, em decorrência de sua aposentadoria.

12 - **ISABEL CRISTINA AUGUSTO DE JESUS,** classificada em 20º lugar, na vaga de José Valdo de Oliveira, matrícula nº 30.089-6, em decorrência de sua aposentadoria.

13 - **MARIO CÉSAR LOPES BARBOSA,** classificado em 21º lugar, na vaga de Luiza Lemos, matrícula nº 08.520-0, em decorrência de sua aposentadoria.

14 - **MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO,** classificado em 22º lugar, na vaga de João Resende Filho, matrícula nº 28.809-8, em decorrência de sua aposentadoria.

15 - **EVALDO DE SOUZA DA SILVA,** classificado em 23º lugar, na vaga de Amadeu Santos Rodrigues, matrícula nº 18.167-1, em decorrência de sua aposentadoria.

16 - **DENILSON FONSECA GONÇALVES,** classificado em 24º lugar, na vaga de Celio Afonso de Almeida, matrícula nº 08.278-3, em decorrência de sua aposentadoria.

17 - **MARILUCIA SANTOS SILVA,** classificada em 25º lugar, na vaga de Humberto Gomes de Barros, matrícula nº 06.712-1, em decorrência de sua aposentadoria.

18 - **CYBELE LARA DA COSTA QUEIROZ,** classificada em 26º lugar, na vaga de Fausto Lustosa Netto, matrícula nº 22.822-5, em decorrência de sua exoneração.

19 - **NELSON LUIZ DE MIRANDA RAMOS,** classificado em 27º lugar, na vaga de Marcos Vinicius de Oliveira, matrícula nº 16.003-2, em decorrência de sua aposentadoria.

20 - **ELZA HELENA SOARES,** classificada em 28º lugar, na vaga de Mercia Correia de Melo, matrícula nº 35.866-5, em decorrência de sua exoneração.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JULHO DE 1993

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL/DAP/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 99, inciso V, do Regimento da Secretaria de Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

R E S O L V E:

1 - Retificar o tempo de serviço averbado pelos funcionários abaixo indicados, para considerar para adicionais e aposentadoria o tempo prestado anteriormente a vigência da Lei nº 8112/90, no Governo do Distrito Federal:

PROCESSO: 030.002.903/93
NOME: NILO PINHEIRO DE MACÊDO. Fiscal de Concessões e Permissões. Matrícula nº 2.849-5
AVERBA: 510 dias prestados à PREFEITURA MUNICIPAL DE GILBUÉS - ESTADO DO PIAUI, no período de 08.09.56 a 30.01.58 contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 030.000272/93
NOME: JANUÁRIO FLORES, Professor, Matr. 7.588-4
AVERBA: 117 dias prestados ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA no período de 01.03.76 a 25.06.76, contados para adicionais e aposentadoria.

PROCESSO: 030.000.729/93
NOME: JOSÉ ÂNGELO MARTINS DOS SANTOS. Técnico de Adm.Pública. Matrícula nº 15.032-0
AVERBA: 306 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. no período de 20.01.59 a 21.11.59. contados para adicionais e aposentadoria.

PROCESSO: 133.000.157/93
NOME: GERALDO CARDOSO DE OLIVEIRA. Auxiliar de Adm. Pública Matrícula nº 18.906-5
AVERBA: 265 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 28.02.56 a 18.11.56, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 030.002.303/93
NOME: MARIA BEATRIZ NOGUEIRA, Analista de Adm. Pública, matrícula nº 19.410-7.
AVERBA: 3.112 dias prestados à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESTADO DA PARAÍBA. no período de 17.07.53 a 02.04.57 e de 12.07.73 a 04.05.78, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 141.001.941/92
NOME: CONCEIÇÃO DE MARIA SEREJO ROCHA. Auxiliar de Administração Pública.
AVERBA: 2.388 dias prestados à SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, no período de 09.04.74 a 21.10.80, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 138.000.475/93
NOME: ROSA MARIA PINTO LIMA, Fiscal de Concessões e Permissões. Matrícula nº 22.539-8
AVERBA: 393 dias prestados ao ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO no período de 14.07.80 a 11.08.81, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 030.010251/92
NOME: MARIA DA SOLEDADE MARTINS RODRIGUES, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 22.689.
AVERBA: 645 dias prestados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA - BAHIA. no período de 02.04.73 a 10.01.75 contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.003598/93
NOME: JUELICE DE SOUSA FERREIRA, Analista de Adm. Pública. Matrícula nº 23.044 8
AVERBA: 678 dias prestados ao MINISTÉRIO DO TRABALHO, no período de 14.05.80 a 22.03.82, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.012.038/92
NOME: CLEBER FRANÇA BARROS, Técnico de Adm. Pública, Matrícula nº 23.225-4.
AVERBA: 732 dias prestados ao MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA no período de 16.07.79 a 16.07.81, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 150000897/92
NOME: ADALVINO ROCHA FILHO, Técnico de Adm. Pública, Matrícula nº 23.855-4
AVERBA: 1.794 dias prestados ao MINISTÉRIO DA AERONÀUTICA no período de 03.07.67 a 31.05.73, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.000.757/92
NOME: JOSE ARNALDO LEITE, Auditor Tributário, Matrícula nº 24.461-9.
AVERBA: 187 dias prestados ao MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES no período de 10.02.83 a 15.08.83, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.003.413/93
NOME: MANUEL MESSIAS DE SOUSA BRANDÃO, Téc. de Adm. Pública, Matrícula nº 24.469-4
AVERBA: 329 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 13.01.78 a 07.12.78, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 131.000.340/93
NOME: FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA FILHO, Téc. de Adm. Pública, Matrícula nº 24.867-3
AVERBA: 396 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 03.02.81 à 05.03.82, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 138.000.040/92
NOME: MARIA DE FÁTIMA GOMES PINTO, Fiscal de Obras, Matrícula nº 24.942-4.
AVERBA: 750 dias prestados ao INAMPS , no período de 22.06 82 a 10.07.84, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.001.082/92
NOME: VLADIMIR MOTA PEREIRA DE BARROS, Auditor Tributário Matrícula nº 25.241-7.
AVERBA: 059 dias prestados ao MINISTÉRIO DA FAZENDA, no período de 07.02.84 a 05.04.84, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 060.000104/92
NOME: LENI D'APARECIDA OLIVEIRA DE CARVALHO, Inspetor de Saúde, Matrícula nº 25.622-6
AVERBA: 1080 dias prestados à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, no período de 04.04.67 a 18.03.70, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.014.804/92
NOME: LEÔNCIO JESIEL SANTOS MOTTA, Matr. 26.957-3
AVERBA: 2.979 dias prestados à FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE, no período de 01.10.58 a 23.07.67,contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 132.001.469/92
NOME: GILSON GONÇALVES DE MEDEIROS, Fiscal de Posturas, Matrícula nº 27.380-5
AVERBA: 884 dias prestados ao MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no período de 03.10.84 a 05.03.87 contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.008.920/91
NOME: FRANCISCO COELHO FONTES, Auditor tributário, Matrícula nº 28.592-7.
AVERBA: 2.205 dias prestados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE-ESTADO DO MARANHÃO, no período de 02.01.69 a 15.01.75, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 020.001.045/93
NOME: LUIZ FELIPE RIBEIRO COELHO, Procurador 1ª Categoria Matrícula nº 28.806-3.
AVERBA: 187 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 19.02.79 a 15.12.79, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 020.000.158/92
NOME: LIZIA BARREIRA MONIZ DE ARAGÃO, Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, Matricula nº 28.943-4.
AVERBA: 654 dias prestados ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL,no período de 19.04.83 a 31.01.85, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.004.120/92
NOME: LUIZ CARLOS SOARES MONTEIRO, Técnico Tributário, Matrícula nº 30.356-9.
AVERBA: 2.279 dias prestados ao MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no período de 17.02.83 a 14.05.89,contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 131.000.071/93
NOME: WALQUES EPITÁCIO ALKIMIN,Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 30.523-5.
AVERBA: .392 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 03.02.83 a 29.02.84, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.006871/92
NOME: ALISMAR SOUZA BRITO, Analista de Orçamento e Finanças Matrícula nº 30.794-7.
AVERBA: 209 dias prestados à SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO-ESTADO DE MINAS GERAIS, no período de 04.02.74 a 31.08.74, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 190.000.426/92
NOME: MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, Analista de Administração Pública, Matrícula nº 32.212-1.
AVERBA: 2.099 dias prestados à PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CEARÁ, no período de 02.01.82 a 01.10.87, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.002171/93
NOME: MÁRIO CELSO SANTIAGO MENESES, Fiscal Tributário Matrícula nº 32.331-4.
AVERBA: 836 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 26.02.85 a 21.12.85 e de 23.02.87 a 11.11.88 contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.004.118/93
NOME: NAURA LÚCIA VIEIRA, Fiscal Tributário, Matr.32.390-X
AVERBA: 2.647 dias prestados à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, no período de 18.04.83 a 16.07.90, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.002.096/92
NOME: MARIA FILOMENA LIMA DE FARIA, Analista de Administração Pública, Matrícula nº 33.036-1
AVERBA: 1.566 dias prestados à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE POUSO ALEGRE-MG, nos períodos de 20.02.69 a 10.12.69. 25.02.70 a 31.01.73 e de 05.02.73 a 31.07.73,contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.018.104/92
NOME: ROBERTO GONÇALVES REGO, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 33.252-6.
AVERBA: 321 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 30.01.84 a 15.12.84, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 136.000.271/92
NOME: VIVIANA PERIBANEZ GONZALES DE ARAÚJO, Analista de Administração Pública, Matrícula nº 33.552-5.
AVERBA: 834 dias prestados ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC,no período de 19.09.84 a 31.12.86, contados para adicionais e aposentadoria.
PROCESSO: 136.000.271/92
NOME: VIVIANA PERIBANEZ GONZALES DE ARAÚJO, Analista de Administração. Matrícula nº 33.552-5
AVERBA: 1.280 dias prestados à SECRETARIA DA CULTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no período de 01.01.87 a 03.07.90 contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 141.000.631/93
NOME: JÚLIO CÉSAR PEREIRA PINTO, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 34.589-X

AVERBA: 307 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 15.01.76 a 16.11.76, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 150.000.035/93
NOME: WELLENGTON RIBEIRO DE OLIVEIRA, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 34.676-4
AVERBA: 732 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXERCITO, no período de 04.06.79 a 04.06.81, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 030.003.165/92
NOME: JOSÉ CARLOS PEREIRA BRAGA, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 34.687-X.
AVERBA: 2.564 dias prestados à POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, no período de 01.09.84 a 08.09.91, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 141.000819/93
NOME: OZIRES ALBERTIM DE OLIVEIRA, Técnico de Adm. Pública Matrícula nº 35.324-8
AVERBA: 367 dias prestados ao MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, no período de 15.07.71 à 15.07.72, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 020.001669/93
NOME: JAMES EDUARDO DA CRUZ DE MORAES OLIVEIRA, Procurador do DF 2ª Categoria, Matrícula nº 35.855-X.
AVERBA: 1.457 dias prestados à CÂMARA DOS DEPUTADOS, no período de 05.01.88 a 31.12.91, contados para aposentadoria e adicionais. 133 dias prestados no período de 01.01.92 a 12.05.92, contados só para aposentadoria.
PROCESSO: 020.000.644/92
NOME: JOSÉ DIOGENES TEIXEIRA, Procurador do DF 2ª Categoria Matrícula nº 35.862-2.
AVERBA: 727 dias prestados ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no período de 10.12.80 a 06.12.82, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 020.000.749/92
NOME: JOÃO LUIS FICHER DIAS, Procurador do DF 2ª Categoria Matrícula nº 35.863-0
AVERBA: 923 dias prestados ao TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, no período de 22.06.89 a 31.12.91, contados para aposentadoria e adicionais. 134 dias no período de 01.01.92 a 13.05.92, contados só para aposentadoria.

PROCESSO: 030.011.239/92
NOME: MARIA CRISTINA RIBEIRO FERREIRA, Analista de Adm. Pública, Matrícula nº 36.219-0.
AVERBA: 1.944 dias prestados ao MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no período de 05.03.86 a 30.06.91, contados para aposentadoria e adicionais.

PROCESSO: 040.007.247/92
NOME: HAROLDO BATISTA BORGES SILVEIRA, Fiscal Tributário, Matrícula nº 36.832-6
AVERBA: 1.887 dias prestados ao MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, no período de 30.01.85 a 31.03.90, contados para aposentadoria e adicionais.
PROCESSO: 040.007.247/92
NOME: HAROLDO BATISTA BORGES SILVEIRA, Fiscal Tributário, Matrícula nº 36.832-6.
AVERBA: 1.330 dias prestados ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, no período de 11.03.83 a 29.01.85 e de 02.04.90 a 31.12.91, contados para aposentadoria e adicionais. 271 dias no período de 01.01.92 a 27.09.92, contados só para aposentadoria.
PROCESSO: 040.001555/93
NOME: SÔNIA QUITÉRIA BONFIM DE VASCONCELOS, Téc. de Adm.Pública, Matrícula nº 37.429-6.
AVERBA: 1.350 dias prestados ao MINISTÉRIO DA MARINHA, no período de 20.04.88 a 31.12.91, contados para aposentadoria e adicionais. 369 dias prestados no período de 01.01.92 a 03.01.93 contados só para aposentadoria.
PROCESSO: 190.000.114/93
NOME: ERIEL SINVAL CARDOSO, Analista de Adm. Pública, Matrícula nº 38.081-4
AVERBA: 6.135 dias prestados ao MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA no período de 10.03.75 à 31.12.91, contados para aposentadoria e adicionais. 459 dias prestados no período de 01.01.92 a 05.04.93 contados só para aposentadoria.
PROCESSO: 132.001.581/91
NOME: JARBAS BARREIRA PARENTE, Analista de Finanças e Controle, Matrícula nº 30.951-6
AVERBA: 1.297 dias prestados à PREFEITURA MUNICIPAL DE GILBUES - PIAUÍ, no período de 12.09.60 a 31.03.64, contados para aposentadoria e adicionais.

IÊDA MARIA CORREIA

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 030.004.644/93,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, e 224,da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a SÔNIA MARIA ALVES DE LIMA, filha do ex-funcionário LOURIVAL ALVES DE LIMA, matrícula nº 09.699-7, no Cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 01 de janeiro de 1992.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993,e o que consta do Processo nº 030.004.644/93,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ZILDA DE AMORIM ALVES, viúva do ex-funcioário LOURIVAL ALVES DE LIMA, matrícula nº 09.699-7, no Cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 01 de janeiro de 1992.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 094.001.139/92,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a JUVENIL RODRIGUES COSTA, matrícula nº 60.165-9, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens da Classe Especial, Padrão III, de acordo com o disposto no artigo 192, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 134.000.510/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a ANDRELINA LEMOS COSTA, matrícula nº 06.103-4, no Cargo de Fiscal de Posturas, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III,

alínea "a", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do artigo 192, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.678, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 030.005.332/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a JOSÉ ALVES DA SILVA, matrícula nº 02.667-0, no Cargo de Fiscal de Concessões e Permissões, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 030.004.493/93,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria de 06 de maio de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 90, de 07 do mesmo mês e ano, que concedeu pensão vitalícia a BERTOLINA FRANCISCA GUEDES, viúva do ex-funcionário EVARISTO GUEDES, matrícula nº 02.500-3, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-funcionário posicionado na Classe Única, Padrão VI, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "c", do Decreto nº 14.768, de 09 de junho de 1993, e o que consta do Processo nº 030.004.603/93,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos dos artigos 215 e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a FRANCISCA PEREIRA DE ARAÚJO, filha do ex-servidor ANTONIO PEREIRA DE ARAÚJO, matrícula nº 11.284-4, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 01 de janeiro de 1992.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

DISPENSA DE PONTO

Autorizo, de acordo com a competência que me foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "d" do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, a dispensa de ponto aos servidores do Governo do Distrito Federal que, comprovadamente, comparecerem ao XI ENCONTRO PAULISTA DE CIRURGIA VASCULAR promovido pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA VASCULAR a realizar-se em São Paulo-SP, no dia 28 de agosto de 1993.

Brasília, 05 de julho de 1993

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

Secretária de Administração

COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE ARQUIVOS, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1993

A COORDENADORA DOS SISTEMAS DE ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982 e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065 de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

Designar TELMA FÁTIMA DE CARVALHO, matrícula nº 30.497-2, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARUSKA TECMEIER MORATO, matrícula nº 25.071-6, Chefe da Seção de Análise da Informação da Divisão de Documentação da Coordenação dos Sistemas de Arquivo, Documentação e Comunicação Administrativa/SEA, Símbolo DF-05, por motivo de Licença Prêmio por Assiduidade, no período de05.07 a 03.08.93.

SIRENI GONÇALVES PINHEIRO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 192 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 342.630.000,00(trezentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros), na cota destinada ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, do mês de maio.

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a receitas internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 03 de maio de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 193 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo V, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 1.475.094.000,00(Hum bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões, noventa e quatro mil cruzeiros), na cota destinada à Secretaria de Educação, do mês de maio.

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da União.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 03 de maio de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 194 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	4.000.000
b) GABINETE DO VICE GOVERNADOR	400.000
c) REGIÃO ADMINISTRATIVA I - BRASÍLIA	16.439.641
d) SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.500.000
e) SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	68.622.742
f) FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	2.000.000
g) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	40.862.000
h) FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	2.800.000
i) INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	788.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a Receitas Internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 195 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VI, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 1.100.000.000,00(Hum bilhão, cem milhões de cruzeiros), na cota destinada ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, do mês de maio.

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a receitas internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 03 de maio de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 196 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo V, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	900.000
b) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	10.000.000
c) SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	6.312.000
d) POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	29.061.000
e) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5.444.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da União.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 197 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VII, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 4.455.768.000,00(Quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil cruzeiros), na cota destinada à Secretaria de Educação, do mês de maio.

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da União.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 03 de maio de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 198 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto hº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VI, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de abril, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	300.000
b) REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE	30.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a Receitas Internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 05 de abril de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 199 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo II, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	29.000.000
b) GABINETE DO VICE GOVERNADOR	420.000
c) SECRETARIA DO GOVERNADOR	401.000
d) SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	500.000
e) FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	3.000.000
f) DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000
g) SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	7.137.239
h) SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	100.000
i) SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	2.000.000
j) SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E DESEN. REGIONAL	820.000
k) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	11.473.129
l) REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	1.290.000
m) REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA	1.413.000
n) REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	370.000
o) REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	183.000
p) REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA	960.000
q) REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ	126.000
r) REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA	350.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a Receitas Internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 200 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 2.530.000.000,00(dois bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros), na cota destinada à Secretaria de Administração, do mês de abril.

II - A alteração de que trata o item anterior reduz, em igual valor e no mesmo mês, cota destinada à Secretaria de Administração, no anexo VI.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 05 de abril de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 201 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 97.228.000,00(noventa e sete milhões, duzentos e vinte oito mil cruzeiros), na cota destinada à Procuradoria Geral , do mês de junho.

II - A alteração de que trata o item anterior reduz, em igual valor e no mesmo mês, cota destinada à Procuradoria Geral, no anexo VI.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 202 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo III, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	630.000.000
b) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	840.950.000
c) SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	95.500.000
d) POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	29.061.000
e) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5.444.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da União.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 203 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 575.000.000,00(quinhentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), na cota destinada à Região Administrativa VI - Planaltina, do mês de junho.

II - A alteração de que trata o item anterior reduz, em igual valor e no mesmo mês, cota destinada à Região Administrativa VI - Planaltina, no anexo VI.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 204 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VI, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	1.200.000
b) SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	97.690.000
c) SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	19.860.568
d) SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	60.000
e) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	100.000
f) REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	3.600.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a receitas internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 205 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo IV, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de abril, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) SECRETARIA DE TRANSPORTES	500.000
b) REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ	4.467

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a Receitas Internas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 05 de abril de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 206 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VIII, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação de Cr$ 229.911.269.129,00(duzentos e vinte e nove bilhões, novecentos e onze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e nove cruzeiros), na cota destinada à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do mês de junho.

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a operações de crédito.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 207 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VII, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de junho, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.100.000
b) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	2.000.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da União.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 01 de junho de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA Nº 208 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

I - Alterar o Anexo VII, do Decreto nº 14.779, de 15 de junho de 1993, mediante suplementação nas cotas do mês de abril, como segue:

	Cr$ 1.000,00
a) POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	2.168.148
b) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	500.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, no tocante a transferências da união.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a 05 de abril de 1993.

EVERARDO MACIEL

PORTARIA SEFP Nº 209 de 06 de julho de 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 139.000395/93,

R E S O L V E:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa XI -

Cruzeiro, aprovado pela Portaria SEFP nº 683, de 30 de dezembro de 1992.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

EVERARDO MACIEL

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

FISCAL

ACRESCIMO

ANEXO A PORTARIA No. 209/93-SEFP, de 06 de julho de 1 993 — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO					500.000
11.113 REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO					500.000
030070021.2161 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					500.000
030070021.2161.0018 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO CRUZEIRO	31.90.13	000		500.000	500.000
			TOTAL		500.000

00254/ 1

ANEXO II — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

FISCAL

REDUCAO

ANEXO A PORTARIA No. 209/93-SEFP, de 06 de julho de 1 993 — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO					500.000
11.113 REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO					500.000
030070021.2161 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					500.000
030070021.2161.0018 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO CRUZEIRO	31.90.11	000		500.000	500.000
			TOTAL		500.000

00254/ 2

PORTARIA SEFP Nº 210 DE 06 DE JULHO DE 1993.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 062.000324/93.

R E S O L V E:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Instituto de Saúde do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 683, de 30 de dezembro de 1992.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

EVERARDO MACIEL

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

SEGURIDADE

ACRESCIMO

ANEXO A PORTARIA No. 210/93-SEFP, de 06 de julho de 1 993 — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
17.000 SECRETARIA DE SAUDE					80.000
17.103 INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL					80.000
130750021.2095 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					80.000
130750021.2095.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE	31.90.13	000		80.000	80.000
			TOTAL		80.000

00260/ 1

ANEXO II — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

SEGURIDADE

REDUCAO

ANEXO A PORTARIA No. 210/93-SEFP, de 06 de julho de 1 993 — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
17.000 SECRETARIA DE SAUDE					80.000
17.103 INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL					80.000
130750021.2095 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					80.000
130750021.2095.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE	31.90.11	000		80.000	80.000
			TOTAL		80.000

00260/ 2

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 7º da Lei nº 35, de 13 de julho de 1989,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, PAULO PEREIRA PACHECO, matrícula nº 25.346-4, do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Código DFA-02, do Gabinete da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

EVERARDO MACIEL

(Republicado por haver saído com incorreção do original publicado no DODF nº 135, de 06 de julho de 1993)

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.004.788/93,

R E S O L V E :

CONCEDER Indenização de Transporte à servidora JOANA D'ARC NEVES SOUTO, Fiscal Tributário, matrícula nº 32.415-9, por motivo de execução de fiscalização tributária inerente ao Departamento da Receita, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

EVERARDO MACIEL

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATO DECLARATÓRIO Nº 004 /93 - DT - DpR - SEFP - RE

Autoriza, em regime especial, procedimento fiscal relacionado com a emissão de documentos fiscais na comercialização de mercadorias, através das Unidades Volantes de Vendas da Unidade de Venda/SMPJ da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB, estabelecida no SIA - Sul, Quadra 06, Lote 270, inscrita no Cadastro Fiscal do Distrito Federal sob o nº 07.071.821-0, conforme processo nº 0040.005.661/91.

Brasília, 26 de maio de 1993.

CONCEIÇÃO ALVARES TEIXEIRA DE CASTRO

Divisão de Tributação

Chefe

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

EXTRATO DE PARCELAMENTO: MÊS JUNHO/93

CONTRIBUINTE	*VALOR TOTAL* CR$	*VALOR TOTAL* UPDF'S	*PRAZO* PARCELAS
ANA DOURADO BISPO	24.522.684,42	8,703	02
ALCIDES FIRMINO DE CASTRO	16.938.231,66	6,160	03
DATAMEC S/A SIST. E PROC. DE DADOS	10.820.673.164,51	4.033,294	12
DINIZ ADM. CONSÓRCIOS LTDA	604.259.733,70	225,232	12
SEBASTIANA MARIA DA SILVA	35.326.717,18	12,420	04
NEWTON DE LUCENA COSTA	52.400.000,00	19,058	01
NASSER MAT. CONSTRUÇÃO LTDA	190.788.606,79	70,246	12
MONZA ACESSÓRIOS LTDA	57.020.184,12	22,581	04
PAULO LUCIANO DE S. PONTES	21.429.183,36	9,320	10
COMACO TINTAS LTDA	51.983.209,46	18,221	12
SINDICATO DOS TRANSPORTES ROD. AUT.	43.680.000,00	14,940	03
LOURDES BERNADETE DE OLIVEIRA	14.085.485,67	4,877	02
SEBASTIÃO GOMES DE MEDEIROS	64.342.975,11	22,279	03
LUIZ CARLOS DE ARAUJO FONSECA	15.832.352,88	5,482	01
DENIZIA FRANCISCA TEIXEIRA	14.600.573,12	4,872	03
GILMAR BRAZ DE QUEIROZ	60.000.000,00	22,364	03
MARIA DE LOURDES F. CERQUEIRA	19.660.410,31	6,483	01
LUCIANA P. G. DE OLIVEIRA	133.320.000,00	43,432	03
MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO	5.375.178,48	1,760	01
LUIZ LÚCIO DANIEL	73.992.444,05	24,104	03
TAC-COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	33.394.977,40	11,012	04
GUALTER RAMALHO PORTELA	36.000.000,00	34,760	03
MARCILIO MACHADO JUNIOR	83.536.000,00	29,920	04
JUVENCIO CAVALCANTE BRAGA	82.213.826,72	19,845	03
DAYSY MIRANDA GUIMARÃES	35.200.000,00	8,496	03
ANTÔNIO AUGUSTO PESSOA DE ALMEIDA	65.850.000,00	14,130	02
EVANE DE LOURDES FERREIRA	59.150.000,00	14,278	03
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO	26.168.938,08	8,121	03
SAULO ULISSES PAMPLONA	44.632.820,00	14,021	03
RENATO RIBEIRO NETTO	30.684.681,36	9,408	02
REGINALDO GARCIA MACHADO	36.750.000,00	11,268	03
IRIS PEDRO DE OLIVEIRA	193.989.480,00	60,205	03
ISALDO MONTEIRO DE BARROS	33.482.136,00	10,265	03
NILO MARTINS BARCELOS	132.072.072,07	41,456	03
PORTINHO PAPÉIS LTDA	136.331.851,23	42,311	06
JOSÉ ANTÔNIO C. M. ROSA	31.409.732,00	13,668	06
GRAN NORTE VEÍCULOS LTDA	29.979.092,95	10,770	04
A. TELECOM. TELEINFORMÁTICA LTDA	2.276.122.482,04	706,396	01
VULPEÇAS AUTO COMERCIAL LTDA	503.985.016,93	152,663	05
CLÁUDIA P. G. DE OLIVEIRA	152.200.000,00	44,444	03
CRUS DIST. DE BEBIDAS LTDA	672.472.258,91	219,078	12
ARTE LINIA REP. E COM LTDA	57.765.788,04	16,868	04
VERA LÚCIA MORAES CARLETTI	60.160.904,48	17,128	03
PAIVA & FERRAZ LTDA	526.153.841,19	151,701	12
MARIA IRISDELMA M. DE FREITAS	95.900.859,54	27,650	02
LYGIA MARIA M. S. FREITAS	63.638.706,63	17,884	03
LUCIANO RIBEIRO FERREIRA	94.001.738,94	27,103	03
CARLOS EDUARDO T. FREIRE	50.000.000,00	14,417	03
MARLENE SOARES SANTOS	5.361.830,36	1,566	01
DAVID ORRICO DOS SANTOS	68.033.563,73	18,874	03
HELIA MARIA LOPES	69.468.643,42	19,272	03
PAULO D'AVILA MELANO	56.575.268,40	15,900	03
TOMAZ IKEDA	539.535.573,40	598,712	03
WAGNER EMP. IMOB. E PARTICIPAÇÕES	1.100.000.000,00	305,164	03
JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA	42.832.000,00	11,728	03
JOAQUIM GONÇALVES MAIA	77.386.237,09	21,180	03

ROSEMEIRE TAVARES LIMA

CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO - SEFP

MAT. 25214 X

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF de 05.07.93, pág.20)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1993

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Processo nº 040.003313/92,

RESOLVE:

1. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 30/06/93, o prazo da Portaria de 30/12/92, publicada no DODF nº 001, de 02/01/93, que institui Grupo de Trabalho para proceder ao levantamento dos bens imóveis pertencentes à Secretaria de Educação e à Fundação Educacional do Distrito Federal.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DIRETOR

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, na 752ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de junho de 1993 de acordo com as Resoluções abaixo mencionadas,

RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 4145, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082006763/91. Renovar o afastamento para fins de estudos de JOSÉ LUIZ CIRQUEIRA FALCÃO, Professor MG3Q — 9F, matrícula nº 60.770-3, sem prejuízo de seus salários, pelo período de 31 de julho a 30 de dezembro de 1993, para freqüentar o Curso de Mestrado em Educação Física — Pedagogia da Educação Física e dos Desportos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ.

RESOLUÇÃO Nº 4146, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 428697/78. Aprovar Termo de Rescisão do Convênio nº 005/78, firmado de 20.07.78, entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e o BANCO DO BRASIL S/A.

RESOLUÇÃO Nº 4147, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082004015/91. Alterar o subitem 14.4 da Resolução nº 3914/92, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Terão validade, até 30.07.93, para fins de aferição de mérito à Progressão por Merecimento, no cumprimento do Ciclo Básico Obrigatório, os certificados de cursos anteriores ao Parecer 69/88, do Conselho Federal de Educação, dos aposentados de que trata o art. 23 da Lei nº 341/92, com carga horária mínima de 30 horas e relacionados com a área de atuação ou formação, ministrados por instituições públicas, autorizadas ou reconhecidas".

RESOLUÇÃO Nº 4148, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082008078/92. Aprovar normas relativas à concessão de Bolsas de Estudo/Convênios, na forma do Anexo Unico que a esta acompanha.

RESOLUÇÃO Nº 4149, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082003588/93. Aprovar o Contrato a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a VS — Escala Publicidade Ltda, objetivando a prestação de serviços relativos à divulgação e publicidade a serem efetuadas pela Contratada, para a FEDF. O referido ajuste entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 1993.

RESOLUÇÃO Nº 4150, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082015611/92. Aprovar o parecer do Conselheiro ERI RODRIGUES VARELA, referente ao processo supramencionado.

RESOLUÇÃO Nº 4151, DE 30 DE JUNHO DE 1993.

Processo nº 082000277/93. Homologar as Declarações de opção, com o devido enquadramento, nos termos do voto da Relatora.

EURIDES BRITO DA SILVA — Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal. Conselheiros: MARISTELA DE MELO NEVES MENDES, DALKA MARIA PINHEIRO, ERNESTO SILVA, JOALDOMAR GOMES ALMEIDA, ERI RODRIGUES VARELA e CLEUCY MEIRELES DE OLIVEIRA.

INSTRUÇÃO DE 02 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.010367/91-FEDF,

RESOLVE:

RETIFICAR a Instrução de 09 de março de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 49, do dia 10 de março de 1992, que concedeu aposentadoria a JURANDIR CARLOS SIMÕES, matrícula nº 77.974-1, no cargo de professor, Classe Única, Nível 03, Padrão 09C, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para considerá-lo aposentado no Padrão 09F, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO Nº 450, DE 29 DE JUNHO DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e,

Considerando o exposto no Decreto nº 13.892, de 13 de abril de 1992 e, ainda, o que consta da Resolução nº 3.982, de 17 de fevereiro de 1992;
Considerando que as orientações para a prorrogação de contrato de pessoal por tempo determinado, são necessárias e devem ser norteadas por diretrizes únicas em todas as Divisões Regionais de Ensino;

RESOLVE:
1. Aprovar as orientações que a esta acompanham, concernentes à prorrogação de contrato de pessoal por tempo determinado.
2. Determinar que esta Instrução entre em vigor, na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

MARCO ANTONIO DE MORAES
Diretor Executivo

ANEXO ÚNICO À INSTRUÇÃO Nº 450, DE 29 DE JUNHO DE 1993.

ORIENTAÇÕES PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (PROFESSOR TEMPORÁRIO)

1. Não cessará o contrato do professor temporário e sua prorrogação será automática, durante o ano letivo vigente, quando:
1.1 inexistir candidato para o Concurso de Remoção da disciplina ocupada pelo professor temporário;
1.2. houver carências decorrentes de licenças previstas em lei, a suprir;
1.3. for de seu interesse em suprir carência em outra Divisão Regional de Ensino, quando aquela localidade onde estiver em exercício não mais precisar de seus serviços.

2. Fará jus ao recesso remunerado durante o ano letivo vigente, o professor temporário que tiver seu contrato prorrogado, na forma do item anterior, desde que essa prorrogação absorva o período do recesso.

3. Os casos omissos que suscitarem dúvidas serão resolvidos pelo Diretor Executivo da Fundação Educacional.

INSTRUÇÃO DE 30 DE JUNHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Processo nº 0082.009572/93-FEDF,

RESOLVE:

1. Autorizar os servidores, abaixo relacionados, a prestarem serviços extraordinários no mês de julho do corrente exercício, num total de 44 (quarenta e quatro) horas extras, observando-se, rigorosamente, os termos e limites estabelecidos pelos Decretos nºs 11.386/88, de 26.12.88 e 11.452/89, de 16.02.89.

JOÃO BATISTA G. DA SILVA, matrícula nº 43.900-2, SUELY FERNANDES RICARDO, matrícula nº 44.136-8, SUELDO ALVES TORRES, matrícula nº 51.659-7, ROBSON SILVA DE AGUIAR, matrícula nº 52.561-8, DEMERVAL BARBOSA VIEIRA, matrícula nº 59.800-3, BARBARA V. DIAS M. VIANA, matrícula nº 67.244-0, DOLENY FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 67.667-5. JORGE DE BRITO matrícula nº 68.165-2, ROSIDALVA DA CUNHA SILVA, matrícula nº 77.336-0, EURIDICE DA FONSECA ARAÚJO, matrícula nº 77.720-X, VERALUCIA DA CUNHA L. FERREIRA, matrícula nº 84.534-5, LUCAS JÚLIO CESAR, matrícula nº 85.535-9, ELISABETE AIRES CARDOSO, matrícula nº 86.501-X, ALMERINDA DE FRANÇA SOUZA, matrícula nº 83.450-8 e OLEGÁRIO ASTROGILDO DOS SANTOS, matrícula nº 51.673-2.

2. Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando à Divisão de pessoal da FEDF, ao final do referido mês, o total de horas trabalhadas por cada servidor.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 02 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Processo nº 082.008142/93-FEDF,

RESOLVE:

1. Autorizar o servidor LUCIO CAETANO DE FARIAS, Agente de Educação/Vigilância, matrícula nº 68.337-X, a prestar serviços extraordinários, no período de 01 a 20.08.93, num total de 24 (vinte e quatro) horas extras, observandó-se, rigorosamente, os termos e limites estabelecidos pelos Decretos nºs 11.386/88, de 26.12.88 e 11.452/89, de 16.02.89.

2. Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando à Divisão de Pessoal da FEDF, ao final do referido mês o total de horas trabalhadas pelo servidor.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 02 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.005869/93-FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Instrução de 26 de maio de 1993, publicada no DODF nº 106, de 28 do mesmo mês e ano, que concedeu pensão vitalícia a AMARILI O DE ANDRADE, viúvo, e Temporária a FERNANDA CARDOSO DE ANDRADE, filha da ex-funcionária MARIA DE LOURDES ANDRADE, matrícula 70.205-6.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 05 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.006498/93-FEDF,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Temporária a THALYTA DUTRA CARVALHO e PALOMA CHRISTINA VIANA DUTRA, filhas da ex-funcionária MARIA GORETI VIANA DUTRA, matrícula nº 78.343-9, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 1-GT3, Padrão 15F, do Quadro de Cargos de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 06 de maio de 1993.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 02 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Processo nº 082.008137/93-FEDF,

RESOLVE:

1. Autorizar os servidores, abaixo relacionados, ocupantes do Cargo Agente de Educação, na Especialidade Vigilância, a prestarem serviços extraordinários no período de 11.07 a 30.07.93, num total de 09 (nove) horas extras, observando-se, rigorosamente, os termos e limites estabelecidos pelos Decretos nºs 11.386/88, de 26.12.88 e 11.452/89, de 16.02.89.

— PEDRO LOPES DA FONSECA, matrícula nº 42.337-8; WILSON OLIVEIRA ROZAS, matrícula nº 67.978-X e JOSÉ PEREIRA DE SANTANA, matrícula nº 95.311-3.

2. Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando à Divisão de Pessoal da FEDF, ao final do referido mês o total de horas trabalhadas por cada servidor.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 02 DE JULHO DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Processo nº 082.008139/93-FEDF,

RESOLVE:

1. Autorizar os servidores, abaixo relacionados, ocupantes do Cargo Agente de Educação, na Especialidade Vigilância, a prestarem serviços extraordinários no mês de julho do corrente exercício, nos totais especificados, observando-se, rigorosamente, os termos e limites estabelecidos pelos Decretos nºs 11.386/88, de 26.12.88 e 11.452/89, de 16.02.89.

— LOURIVAL P. DA CUNHA, matrícula nº 48.088-6, 22 horas; CÉSAR AUGUSTO DAS C. OLIVEIRA, matrícula nº 69.209-3, 22 horas e SILVINO DANTAS SILVA, matrícula nº 42.651-2, 31 horas.

2. Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando à Divisão de Pessoal da FEDF, ao final do referido mês o total de horas trabalhadas por cada servidor.

MARCO ANTONIO DE MORAES

Processo nº: 082.004076/92; Interessado: Walbert de Araújo Linhares; Assunto: Apuração de Cargos.

Considerando o contido no processo administrativo disciplinar nº 082.004076/92, instaurado em nome de Walbert de Araújo Linhares, matrícula nº 54.812-X, aplico a pena disciplinar de DEMISSÃO ao supracitado servidor, relativamente ao cargo de Professor MG3Q, matrícula nº 78.190-8, nos termos do art. 133 e §§ da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista a inobservância de normas legais e regulamentares, previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, e, no inciso XV do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como no artigo 118 da Lei nº 8.112 já precitada.

MARCO ANTONIO DE MORAES
Diretor Executivo

Processo nº: 00082.012338/92; Interessado: Ernani César de Loyola Cabral; Assunto: Abandono de Cargo.

Considerando o contido no processo administrativo disciplinar nº 00082.012338/92, instaurado em nome de Ernani César de Loyola Cabral, matrícula nº 61.357-6, ABSOLVO o supracitado servidor das acusações que lhe foram imputadas, tendo em vista que se concluiu que não houve transgressões aos preceitos estatutários e legais, ficando o aludido servidor autorizado a reassumir o exercício de suas funções, referentes ao cargo de Professor, que deverá ocorrer até 31.10.93.
Registra-se que será considerada Licença para Trato de Interesses Particulares o período que medeia entre 24.09.92 até a data de sua reassunção ao cargo de Professor, inclusive.

MARCO ANTONIO DE MORAES
Diretor Executivo

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 116 de 09.06.93)

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JUNHO DE 1993

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruidos:

Nome: Marinêz Faleiro. Matrícula nº: 88.123-6. Exercício: DRE/SOBRADINHO. Quinqüênios: 1º 12.03.71 a 11.03.76, 2º 12.03.76 a 24.03.81.

Nome: Francisco Alves da Silva. Matrícula: 80.076-7. Exercício: DGA/DSG/SPI. Quinqüênios: 1º 10.07.68 a 10.07.73, 2º 11.07.73 a 12.07.78.

Nome: Maria Vanda B. de Brito. Matrícula nº: 60.356-2. Exercsicio: DRE/GUARÁ. Quinqüênios: 1º 09.09.69 a 15.09.74. 2º 26.03.85 a 01.04.90.

Nome: Inêz Estanislau Gomes. Matrícula: 79.589-5. Exercício: DRE/CEILÂNDIA. Quinqüênios: 1º 04.02.80 a 03.02.85, 2º 04.02.85 a 04.02.90.

Nome: Maria de Lourdes V. Braga. Matrícula: 97.826-4. Exercício: DRE/PP/CRUZEIRO. Quinqüênios: 1º 04.06.76 a 22.06.81, 2º 23.06.81 a 06.07.86.

MARILENE BORGES LEONE

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1993

À DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19.02.93, TORNA SEM EFEITO a Ordem de Serviço de 04 de junho de 1993, publicada no DODF nº 119, de 15.06.93, página 15, que autorizou a Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge à servidora MARIZA DE MATTOS ERVOLINO, matrícula nº 59.344-3.

MARILENE BORGES LEONE

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JUNHO DE 1993.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruidos:

Nome: Marlene F. Magalhães, Matrícula: 74.992-3, Exercício: DRE/PLANALTINA, Qüinqüênio(s): 1º 11.04.78 a 15.04.83; 2º 16.04.83 a 15.04.88.

Nome: Gisa Resende, Matrícula: 92.820-8, Exercício: DRE/CEILÂNDIA, Qüinqüênio(s): 1º 19.09.73 a 18.09.78; 2º 19.09.78 a 18.09.83.

Nome: Doralice P. da Silva, Matrícula: 93.351-1, Exercício: DRE/CEILÂNDIA, Qüinqüênio(s): 1º 22.11.73 a 21.11.78; 2º 22.11.78 a 22.11.83.

Nome: Ana Maria Mamede, Matrícula: 75.081-6, Exercício: DP/DEF, Qüinqüênio(s): 1º 14.04.78 a 13.04.83; 2º 14.04.83 a 13.04.88.

Nome: Silvia Rubia F. Sousa, Matrícula: 75.272-X, Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO, Qüinqüênio(s): 1º 24.04.78 a 29.04.83; 2º 30.04.83 a 29.04.88.

Nome: Amaria S. Pereira, Matrícula: 91.329-4, Exercício: DRE/SOBRADINHO, Qüinqüênio(s): 1º 31.10.72 a 13.11.77; 2º 14.11.77 a 13.11.82.

Nome: Francisca Joaquim de Jesus, Matrícula: 80.084-8, Exercício: DRE/GAMA, Qüinqüênio(s): 1º 30.06.69 a 29.06.74; 2º 30.06.74 a 30.06.79.

Nome: Léia de Lourdes S. Queiroz, Matrícula: 72.196-4, Exercício: DRE/GAMA, Qüinqüênio(s): 1º 12.04.78 a 15.04.83; 2º 16.04.83 a 16.04.88.

Nome: Tereza C. de Moura, Matrícula: 74.968-0, Exercício: DRE/PLANALTINA, Qüinqüênio(s): 1º 10.04.78 a 10.04.83; 2º 11.04.83 a 10.04.88.

Nome: Joana D'Arc F. da Silva, Matrícula: 99.821-4, Exercício: DRE/TAGUATINGA, Qüinqüênio(s): 1º 06.04.77 a 05.04.82; 2º 06.04.82 a 05.04.87.

Nome: Wania Maria M. Sousa, Matrícula: 75.262-2, Exercício: DRE/CEILÂNDIA, Qüinqüênio(s): 1º 24.04.78 a 23.04.83; 2º 24.04.83 a 22.04.89.

Nome: Valdemiro Viana Vieira, Matrícula: 91.839-3, Exercício: DRE/PP-CRUZEIRO, Qüinqüênio(s): 1º 24.04.73 a 23.04.78; 2º 24.04.78 a 28.04.83.

Nome: Raimunda Alves de França, Matrícula: 96.930-3, Exercício: DRE/CEILÂNDIA, Qüinqüênio(s): 1º 14.10.75 a 13.10.80; 2º 14.10.80 a 13.10.85.

Nome: Nere Lima dos Santos Sá, Matrícula: 94.586-2, Exercício: DRE/TAGUATINGA. Qüinqüênio(s): 1º 14.08.74 a 30.09.79; 2º 01.10.79 a 13.10.84.

Nome: Valdete Mª Caetano Bezerra, Matrícula: 98.233-4, Exercício: DRE/GAMA, Qüinqüênio(s): 1º 13.08.76 a 12.08.81; 2º 13.08.81 a 12.08.86.

Nome: Leodiva Rodrigues Pereira, Matrícula: 85.581-2, Exercício: DRE/GUARÁ, Qüinqüênio(s): 1º 10.11.69 a 09.11.74; 2º 10.11.74 a 11.11.79; 3º 12.11.79 a 15.11.84; 4º 16.11.84 a 15.11.89.

MARILENE BORGES LEONE

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1993

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993, e considerando os termos do item 2 da Instrução nº 410, de 15 de julho de 1992,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Transformação de Carga Horária Especial do servidor CESAR ROBERTO RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 47.443-6, autorizada a partir de 05.02.93, Processo nº 002611/93, data do documento 01.03.93.

MARILENE BORGES LEONE

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1993

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993, e considerando os termos do item 2 da Instrução nº 410, de 15 de julho de 1992,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Transformação de Carga Horária Especial da servidora LUCINEIDE MARIA DE AQUINO MARQUES, matrícula nº 40.821-2, autorizada a partir de 30.01.93, Processo nº 001507/93, data do documento 28.01.93.

MARILENE BORGES LEONE

Seção de Cadastro de Pessoal

PRORROGAÇÃO DE POSSE

A CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 433, de 19.02.93, autoriza a prorrogação de posse, nos termos determinados pelo Parágrafo 1º, artigo 13, da Lei nº 8.112/90 a:

ACINETE ARAUJO LOIOLA; período: 30 (trinta) dias; a partir de 30.05.93; concurso público para: Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza.

ALAOR JOSÉ DO CARMO: período: 30 (trinta) dias; a partir de 30.05.93; concurso público para: Agente de Educação/Vigilância.

CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS; período: 30 (trinta) dias; a partir de 11.06.93; concurso público para: Professor, nível 3 — Administração.

FILOMENA MARIA FERREIRA NORONHA; período: 30 (trinta) dias; a partir de 11.06.93; concurso público para: Professor, nível 3 — Educação Física.

KATIA MARIA DE MELLO; período: 30 (trinta) dias; a partir de 11.06.93; concurso público para: Professor, nível 3 — Administração.

MARIA LUSIMEIRE PEREIRA FERRAZ; período: 30 (trinta) dias; a partir de 11.06.93: concurso público para: Professor, nível 1 — Atividades.

NORMA SUELY DOS SANTOS ARAÚJO

PRORROGAÇÃO DE POSSE

A Chefe da Seção de Cadastro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a instrução nº 433, de 19.02.93, autoriza a prorrogação de posse, nos termos determinados pelo parágrafo 1º, artigo 13, da Lei nº 8.112/90 a:

ALDINEZA RODRIGUES DE CARVALHO; período: 30 (trinta) dias; a partir de 31.05.93; concurso público para: Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza.

MOACIR ALVES DE LIMA; período: 30 (trinta) dias; a partir de 31.05.93;concurso público para: Agente de Educação/Vigilância.

MARIA ANGELINA VENÂNCIO NICHES; período: 30 (trinta) dias; a partir de 17.07.93; concurso público para: Professor Nível 1-Pré Escolar.

JUSSARA DE CARVALHO MOTTA; período: 30 (trinta) dias; a partir de 29.07.93; concurso público para: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo.

NORMA SUELY DOS SANTOS ARAÚJO

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE JUNHO DE 1993

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993 e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º, XIX da Constituição e artigo 10 "b" § 1º do ADCT,

RESOLVE:

Conceder Licença-Paternidade ao funcionário MARCO AURÉLIO BRITO COUTINHO, matrícula nº 73.859-X, Professor MG 3Q, pelo período de 03 a 07 de junho de 1993.

MÁRIO SÉRGIO MAFRA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07 DE 30 DE JUNHO DE 1993

O DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº

433, de 19.02.93, e, ainda, o contido no artigo 97, III, b, da Lei nº 8.112/90,

RESOLVE:

— Conceder licença nojo à servidora VALERIANA DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 68.476-7, no período de 21.06.93 a 28.06.93.

GERSON DIAS DE LIMA

CONSELHO FISCAL

ATA DA 1127ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM OITO DE JUNHO DE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS — 1127ª R. O. DE 08.06.93.

Aos oito dias do mês de junho de mil e novecentos e noventa e três, às 9 horas, na sala de reuniões dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, realizou-se a 1127ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal sob a presidência da Senhora Mary Maria Rodrigues Santiago, com a presença das Conselheiras Luzia de Moraes Aguiar Melo e Diva Alves Roriz. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Conselho passou à pauta do dia. 1º) Processos números 082005680/93 e 082004791/93. Interessados: Centro de Recursos Tecnológicos e SETRAN. Assunto: Ocorrência de furto. Depois de analisar a matéria, o Colegiado resolveu acolher o parecer da CTCE, às fls. 40/42; e encaminhar os autos à Diretoria Executiva para as providências completamentares. 2º) Processo nº 082001642/93. Interessado: Centro de Ensino de 1º Grau nº 13 do Gama. Assunto: Ocorrência de furto. Após exame dos autos, o Colegiado resolveu acolher o parecer da CTCE, às fls. 48/50; e encaminhar os autos à Diretoria Executiva para as providências complementares. 3º) Processo nº 082003196/93. Interessado: Escola Classe 60 de Ceilândia. Assunto: Ocorrência de furto. Depois de examinar os autos, o Colegiado resolveu acolher o parecer da CTCE, às fls. 40/41; e recomendar à Diretoria Executiva adoção de medida visando o ressarcimento da quantia aos cofres da FEDF, vez que os autos não serão encaminhados ao TCDF, por não atingir o valor estipulado no artigo 156 da Resolução nº 38/90, alterado pela Resolução nº 40/91, da Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal. Esgotada a pauta, a sessão foi encerrada por proposição da presidência. Rachel de Abreu Ligabue — Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

ATA DA 1128ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS — 1128ª R. O. DE 24.06.93.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil e novecentos e noventa e três, às 9 horas, na sala de reuniões dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, realizou-se a 1128ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal sob a presidência da Senhora Mary Maria Rodrigues Santiago, com a presença das Conselheiras Luzia de Moraes Aguiar Melo e Diva Alves Roriz. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Conselho passou à pauta do dia. 1º) Processo nº 082018043/92. Interessado: Escola Classe 03 de Ceilândia. Assunto: Ocorrência de furto. Após exame da matéria, o Colegiado resolveu acolher o relatório da CTCE, às fls. 73/75; e recomendar o encaminhamento dos autos ao TCDF, via Secretaria da Fazenda, tendo em vista que o valor atualizado, após definição de responsabilidade, do débito objeto da indenização pecuniária é superior a 4 UPDF de acordo com o artigo 156 do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90, e alterada pelo artigo 1º da Resolução nº 43/91 da Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal. 2º) Processos nºs 082004525/93, 082006409/93, 082003026/93, 082003995/93 e 082001922/93. Interessados: Escola do Parque da Cidade, Cesas, Escola Parque 308 Sul, Centro Educacional CAN e Escola Classe 415 Norte. Assunto: Ocorrência de furto. Depois de examinar os autos, o Colegiado resolveu acolher os pareceres da CTCE; e encaminhar os mesmos à Diretoria Executiva para as providências complementares. 3º) Processo nº 082007896/93. Interessado: FEDF. Assunto: Prestação de Contas/1992. Considerando a complexidade da matéria, o Colegiado resolveu que a Prestação de Contas será analisada em reunião extraordinária marcada para 29.06.93. Esgotada a pauta, a sessão foi encerrada por proposição da presidência. Rachel de Abreu Ligabue — Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 02 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º,item I, alínea "a", de Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, alterado pelo Decreto nº 12.181, de 31 de janeiro de 1990,

RESOLVE:

Designar DOMINGOS FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 00.805-2, Inspetor Sanitário, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOÃO CARLOS FERNANDES AMARAL, Chefe da Inspetoria de Saúde de Sobradinho, Símbolo DFG-10, do Departamento de Fiscalização de Saúde, no período de 11 a 30-07-93 por motivo de férias regulamentares do titular.

CARLOS SANT'ANNA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo nº 061.027342/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a APARECIDA MORAIS FARIA, matrícula nº 106054-6, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Enfermeiro, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 22 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo nº 061.027193/93,

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria a ANÉZIA RIBEIRO NAZARETH, matrícula nº 103858-3, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde — Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40,inciso III, alínea "c" e § 4º da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 22 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Covernador do Distrito Federal, e o que consta do Processo nº 061.033260/93,

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria a MARIA DE JESUS SILVA, matrícula nº 102588-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde — Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a", e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens previstas no artigo 192, item II, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo nº 061.027251/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a LENIR NUNES BANDEIRA, matrícula nº 101527-3, no Cargo de Assistente Básico de Saúde — Aux. Op. Serv. Div. — Op. de Máquinas, Classe Única, Padrão XI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a", e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a", e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.039349/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a HERCULES COSTA BUENO, matrícula n° 101213-4, no Cargo de assistente Superior de Saúde — Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens previstas no artigo 2°, §§ 1° e 3°, da Lei n° 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei , n°s 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei n° 62, de 12 de dezembro de 1989.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 29 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.042497/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a WILMA SOARES CHAVES, matrícula n° 101483-8, no cargo de Assistente Intermediário de Saúde-Tec. Lab. Hemat. e Hemot., Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a", e § 4°, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 192, item II, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 29 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.030527/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a CELIO NATAL LOBO, matrícula n° 129854-2, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Médico, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4°, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 29 DE JUNHO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.004718/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a LÉO MARQUES PÓVOA, matrícula n° 103368-9, no Cargo de Procurador Fundacional Especial, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, § 4°, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, alínea "c", e § 4°, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 2°, da Lei n° 125, de 29 de outubro de 1990, Lei n° 335, de 15 de outubro de 1992, bem como, as vantagens do artigo 2°, § 1°, da Lei n° 6.732, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei n° 62, de 12 de dezembro de 1989.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇAO DE 29 DE JUNHO DE 1993.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.030406/93,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a WALDEMAR GAGNO, matrícula n° 100380-1, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4° , da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.004136/93,

RESOLVE:

APOSENTAR DOMINGOS RICARDO DA SILVA, matrícula n° 118353-2, no Cargo de Assistente Básico de Saúde — Aux. Op. Serv. Div. — L. e Cons., Classe Única, Padrão XI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1°, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.003263/93,

RESOLVE:

APOSENTAR ANTONIO SERGIO VIEIRA LOPES, matrícula n° 114.933-4, no Cargo de Assistente Superior de Saúde — Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1°, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.001516/93,

RESOLVE:

APOSENTAR MARILÚ MACAMBIRA DE OLIVEIRA, matrícula n° 121635-0, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde — Auxiliar de Enfermagem, 1ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1°, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I, e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 22 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.003607/93,

RESOLVE:

Aposentar FRANCISCO LEÃO FREITAS NETO, matrícula n° 124.252-1, no Cargo de Agente Administrativo, NM 25, do Quadro Suplementar de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1°, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso I e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CARLOS SANT'ANNA

INSTRUÇÃO DE 29 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, e o que consta do Processo n° 061.003061/93,

RESOLVE:

APOSENTAR LENY GONÇALVES BRAGA, matrícula n° 110849-2, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde — Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1°, e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I, e § 4°, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

CARLOS SANT'ANNA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1993

A CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto na letra "G" do artigo 1° da Portaria n° 003/93-SDSAC, de 24 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2° do Decreto n° 5004, de 20 de dezembro de 1979, SALVADOR RIBEIRO DE SOUSA, matrícula n° 30.412-3, Técnico de Administração Pública, para substituir EUSTÁQUIO PESSOA, matrícula n° 22.840-0, Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo DFG-05, da Divisão de Administração geral da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, no período de 12 07 a 31/07/93, por motivo de ferias do Titular.

ESTEFÂNIA MARQUES FREIRE QUEIROZ
Substituta

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

INSTRUÇÃO DE 30 DE JUNHO DE 1993.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

I — Instituir uma Comissão de Tomada de Contas Especial para, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidade dos fatos relacionados no Processo n° 101.002045/84; II — Designar os servidores: JACKSON FIGUEIREDO DA COSTA JÚNIOR, matrícula n° 4093-3, ALDA SILVA VIVACQUA, matrícula n° 7643-0 e ELIANA MARIA DA SILVA ROCHA, matrícula n° 7043-2, sendo o presidente o primeiro.

MARIA AUGUSTA EHRICH DE MENEZES

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE JULHO DE 1993.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2°, inciso II, alínea "c", da Instrução n° 001, de 05 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 87 da Lei n° 8.112, de 11.12.90, aos servidores:

Nome: Raimundo Ferreira Gomes, matrícula n° 04660-4, 1° Qüinqüênio: 10.06.83 a 09.06.88, 2° Qüinqüênio: 10.06.88 a 09.06.93, Processo n° 101.001004/93.

Nome: Romilda Ribeiro de Souza, matrícula n° 02136-9, 3° Qüinqüênio: 10.01.88 a 09.01.93, Processo n° 101.001.934/91.

Nome: Sonia Maria Maciel Pereira, matrícula n° 06585-4, 1° Qüinqüênio: 16.09.85 a 15.09.90, Processo n° 101.001002/93.

Nome: Germano Pereira dos Santos, matrícula n° 05375-9, 1° Qüinqüênio: 26.08.83 a 25.08.88, Processo n° 101.001139/93.

Nome: José Teles da Silva, matrícula n° 05198-5, 1° Qüinqüênio: 14.06.83 a 13.06.88, 2° Qüinqüênio: 14.06.88 a 13.06.93, Processo n° 101.001.126/93.

Nome: Ozires José de Moura, matrícula n° 04627-2, 1° Qüinqüênio: 10.06.83 a 09.06.88, 2° Qüinqüênio: 10.06.88 a 09.06.93, Processo n° 101.001141/93.

Nome: Rosa José Ribeiro Fernandes, matrícula n° 07350-4, 1° Qüinqüênio: 06.05.87 a 05.05.92, Processo n° 101.001115/93.

Nome: Alcides Araújo Pires, matrícula n° 03317-0, 1° Qüinqüênio: 09.01.81 a 08.01.86, 2° Qüinqüênio: 09.01.86 a 08.01.91, Processo n° 101.000551/93.

Nome: Ana Claudia Marinho Braz, matrícula n° 07257e5, 1° Qüinqüênio: 30.04.87 a 29.04.92, Processo n° 101.000106393.

Nome: José Luiz Monteiro Gomes, matrícula n° 03520-3, 2° Qüinqüênio: 20.05.86 a 19.05.91, Processo n° 101.000009/92.

Nome: Ester Rosa Lustosa Castro da Silva, matrícula n° 03322-0, 3° Qüinqüênio: 03.04.88 a 02.04.93, Processo n° 101.003035/90.

Nome: Maria Marlene Pereira da Silva Araújo, matrícula n° 02512-7, 1° Qüinqüênio: 01.02.79 a 31.01.84, 2° Qüinqüênio: 01.02.84 a 31.01.89, Processo n° 101.002049/92.

Nome: Adair Soares de Lima, matrícula n° 4182-3, 2° Qüinqüênio: 02.05.88 a 01.05.93, Processo n° 101.000585/92.

Nome: Antonio Joaquim de Oliveira, matrícula n° 06079-X, 1° Qüinqüênio: 13.11.84 a 12.11.89, Processo n° 101.001043/93.

Nome: Maria Amorim de Almeida, matrícula n° 02881-9, 1° Qüinqüênio: 25.03.80 a 24.03.85, 2° Qüinqüênio: 25.03.85 a 24.03.80, Processo n° 101.002242/90.

Nome: Jan Buarque de França Gusmão, matrícula n° 04869-0, 2° Qüinqüênio: 10.06.88 a 09.06.93, Processo n° 101.000100/92.

Nome: Elizabete do Rego Nascimento da Costa, matrícula n° 06831-4, 1° Qüinqüênio: 31.06.86 a 31.12.91, Processo n° 101.001114/93.

Nome: Edson Santos, matrícula n° 06364-9, 1° Qüinqüênio: 30.04.85 a 29.04.90, Processo n° 101.001074/93.

Nome: Domingas Maria dos Reis, matrícula n° 0941-5, 1° Qüinqüênio: 01.03.72 a 28.02.77, 2° Qüinqüênio: 01.03.77 a 28.02.82, 3° Qüinqüênio: 01.03.82 a 28.02.87, 4° Qüinqüênio: 01.03.87 a 28.02.92, Processo n° 101.002800/90.

SINVAL DAS NEVES

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA SO N° 65 DE 02 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Indicar a Arquiteta Eliana Klarmann Porto, matrícula n° 31.292-7, do Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras, executora do contrato n° 52/93, firmado entre a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP e a firma Zimbre & Reis — Arquitetos Associados, no que diz respeito a execução física do mesmo.

JOSE ROBERTO ARRUDA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Adicional da Lei n° 6.732/79
Matrícula: 19.627-4. Nome: Sonia Mariza Abijaodi de Vasconcelos. Processo: 030.010715/90. DESPACHO: A servidora fez jus a mais 1/5 da Representação Mensal do DFG-11, a partir de 24.05.93, totalizando 5/5, da Representação Mensal do DFG-11.

ANDRÉ MONTEIRO FORTES

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF n° 108, de 31/05/93, pág. 12).

DEPARTAMENTO DE URBANISMO

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE JULHO DE 1993.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO, DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria n° 003, de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR EMILIANA GUILHERME RAIMUNDO ALBERNAZ, matrícula n° 64.947-3, Auxiliar de Administração, da Tabela de Pessoal da NOVACAP, para substituir MARIA APARECIDA LEITE DE FREITAS, matrícula

nº 33.991-1, Chefe da Seção de Topografia, Símbolo DFG-02, da Divisão de Topografia e Cadastro, do Departamento de Urbanismo, da Secretaria de Obras do Distrito Federal, no período de 05.07.93 a 24.07.93, por motivo de férias regulamentares da titular.

MARIA DA GLÓRIA RINCON FERREIRA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 020 DE 06 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, combinado com o artigo 51, § 3º, do Decreto nº 10.996, de 26 de janeiro de 1988, e tendo em vista o disposto nos Parágrafos 1º e 4º do mesmo artigo e no 1º do Decreto nº 13.993, de 11 de junho de 1992; e, ainda, o constante dos itens 1 e 2 da Portaria 11/92-GAB/ST, de 6 de julho de 1992, e o item 1 da Portaria nº 17/92-GAB/ST, de 16 de setembro de 1992,

RESOLVE:

1 — Designar, para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, para o exercício do mandato correspondente a 1 (um) ano, a contar da data de publicação da presente Portaria:
I — na qualidade de membros efetivos, os servidores: MARIA LUCILEIDE ALVES DA SILVA, que atuará como presidente, MARIA CLOTILDE MARTINS DE PAULA, MARIZE LIMA DE SOUSA, ANDRÉ LUIS RIBEIRO AREAL e CARLOS ALBERTO SANTOS ARAÚJO.
II — na qualidade de membros suplentes, os servidores: MARIA DAS DORES SANTOS DE OLIVEIRA e DALVA MARIA DE OLIVEIRA.
2 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
3 — Revogam-se as disposições em contrário.

ANTONIO AURELIANO SANCHES DE MENDONÇA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 721/93, DE 29 DE JUNHO DE 1993

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, item XI do Regimento aprovado pelo Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00055.002488/93,

RESOLVE:

Apreender a Carteira Nacional de Habilitação com Prontuário número 00.178.416-1, expedida pelo Detran/DF, em nome de ALBINO JOSÉ DOS SANTOS, pelo prazo de 03 (três) meses, por ter se envolvido em acidente de tráfego em estado de embriaguez alcóolica,de acordo com o artigo 89, inciso III do CNT, regulamentado pelo artigo 199, inciso II do RCNT.

DILSON DE ALMEIDA SOUZA

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO

Processo nº: 081.001101/93. Interessado: Edgar Alves dos Santos, matrícula nº 410-3. Assunto: Licença para Tratar de Interesses Particulares. Período: 01/07/93 a 30/06/95.

Deferido.

GEDEAM CAMPELO NUNES

Presidente Substituto

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO-DEFER

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 063 DE 02 DE JULHO DE 1993.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Artigo 22, inciso III do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº. 7.643 de 18 de agosto de 1983.

R E S O L V E :

1 - Conceder Progressão Funcional, nos termos do artigo 2º. do Decreto nº. 13.166, de 30 de abril de 1991, aos servidores, relacionados no anexo desta Ordem de Serviço.

2 - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta medida retroagem à data em que se completar o interstício de cada servidor, na forma desta Ordem de Serviço.

SERGIO LIMA DA GRAÇA

PROGRESSÃO FUNCIONAL

DECRETO Nº. 13.166 DE 03/04/91

MAT.	N O M E	CATEGORIA	SITUAÇÃO ANTIGA CLAS/PADR	SITUAÇÃO NOVA CLAS/PADR	A PARTIR DE
00.045-0	MARIA AUXILIADORA SILVA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	23/04/93
00.046-9	JOSÉ LOPES TEIXEIRA	TÉC.ADM.PÚBL.	ESP/I	ESP/II	01/05/93
00.064-7	LUIZ G. PEREIRA AZEVEDO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	16/01/93
00.082-5	ANA LOPES NETA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	18/01/93
00.103-1	ALOIZIO JOSÉ DA SILVA	TÉC.ADM.PÚBL.	ESP/I	ESP/II	02/06/93
00.105-8	JURACY BATISTA DOS SANTOS	TÉC.ADM.PÚBL.	ESP/I	ESP/II	03/06/93
00.212-7	FRANCISCO XAVIER BELCHIOR	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	08/10/92
00.226-7	VIVICO ANTONIO PEDROZO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	25/11/92
00.228-3	FRANCISCO DAS C. BELCHIOR	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	05/04/93
00.235-6	FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	20/04/93
00.236-4	RUI BARBOSA DA SILVA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	22/05/93
00.257-7	JOSE VALDER OLIVEIRA BIZERRA	ANA.ADM.PÚBL.	1ºC/IV	1ºC/V	01/09/92
00.265-8	LUCIA MARGARIDA S. FEITOSA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	02/07/92
00.266-6	JAMIL DAHER	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	02/07/92
00.279-8	MARIA CRISTINA L. VASCONCELOS	ANA.ADM.PÚBL.	1ºC/V	1ºC/VI	01/12/92
00.301-8	WALDEMAR GONÇALVES FILHO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	15/03/93
00.304-2	FRANCISCO XAVIER OLIVEIRA	ANA.ADM.PÚBL.	1ºC/V	1ºC/VI	12/05/93
00.313-1	HUMBERTO SILVA FELIX	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	21/04/93
00.314-X	FRANCISCO XAVIER TORRES	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	22/04/93
00.315-8	CARLOS HENRIQUE M. BANDEIRA	AUX. ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	25/04/93
00.316-6	JOSIAS WELLINGTON O. BATISTA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	25/04/93
00.317-	HUGO CHAVELINO DE CARVALHO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	25/04/93
00.318-2	RAIMUNDO NONATO R. FURTADO	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	26/04/93
00.320-4	GUTEMBER NUNES DE OLIVEIRA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/II	1ºC/III	01/05/93
00.321-2	ENOQUE MARTINS DE SOUZA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	01/05/93
00.325-5	JOSÉ NILTON PEREIRA DE SOUZA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/II	1ºC/III	22/05/93
00.327-1	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	23/05/93
00.328-X	DORANICE NONATO SILVA COELHO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	29/05/93
00.331-X	ANTONIO DE PADUA SALES	ANA.ADM.PÚBL.	1ºC/V	1ºC/VI	14/07/92
00.332-8	FRANCISCO ALBERTINO SANTOS	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/II	1ºC/III	14/07/92
00.336-0	LAERTE CEZAR TIMOTEO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	21/07/92
00.359-X	JOSÉ FRANCISCO FERREIRA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	27/01/93
00.362-X	WILSON MACEDO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	25/04/93
00.364-6	JOSIAS FERREIRA DOS SANTOS	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	13/06/93
00.370-0	ILTON NUNES RIBEIRO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	28/12/92
00.373-5	JOSE FRANCISCO FILHO	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	13/02/93
00.375-1	ALAIZA VIEIRA DE SOUZA	TÉC.ADM.PÚBL.	ESP/I	ESP/II	05/03/93
00.376-X	LAILTON BEZERRA DE FRANÇA	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	12/03/93
00.381-1	DENYS FERRETRA DA COSTA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	17/04/93
00.384-0	CARLOS ALBERTO VIEIRA DA SILVA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	18/04/93
00.386-7	EDLEUZA BARBOSA DOS SANTOS	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	22/04/93
00.387-5	MARIA DA DORES SANTOS SOUZA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	22/04/93
00.390-5	ANNA CLAUDIA RODRIGUES	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/I	1ºC/II	05/05/93
00.391-3	ELIZABETH RIBEIRO	ANA.ADM.PÚBL.	2ºC/V	2ºC/VI	21/05/93
00.393-X	GILMAR OLIVEIRA TAVARES	TÉC.ADM.PÚBL.	1ºC/II	1ºC/III	04/08/92
00.397-2	NERCELY EUSTÁQUIO DOS SANTOS	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/III	2ºC/IV	18/10/92
00.416-	PEDRO PAULO RODRIGUES GALVÃO	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	16/03/93
00.417-0	CÍCERO MIGUEL DA SILVA	AUX.ADM.PÚBL.	1ºC/III	1ºC/IV	16/03/93
00.422-7	FRANCISCO FIRMINO FILHO	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/II	2ºC/III	21/05/93
00.424-3	BALTAZAR GONÇALVES BORGES	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/I	2ºC/II	20/08/92
00.431-6	JOSÉ DE RIMAR NASCIMENTO	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/I	2ºC/II	22/10/92
00.445-6	ADEILDO DE MORAES	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/II	2ºC/III	10/02/93
00.446-4	ZELIA MARIA DE J.P. VENTURA	TÉC.ADM.PÚBL.	2ºC/II	2ºC/III	11/02/92
00.456-1	TEREZINHA BAPTISTA	TÉC.ADM.PÚLB.	2ºC/II	2ºC/III	03/04/92.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1993

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o que dispõe o artigo 11, inciso II, § 3° do Decreto n° 14.554/92, de 30.12.92,

RESOLVE:

Designar ROSILENE DA SILVA VIEIRA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula n° 34.867-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para Executor do Termo Padrão de Contrato n° 11/89,celebrado entre o Distrito Federal, através desta Secretaria e a firma TELETEC-TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA LTDA. (Processo n° 160.000.164/93).

EVANDRO KALUME PIRES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1993.

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 5°, do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979, o chefe de Gabinete, Código DF-14, para substituir ROGÉRIO PEREIRA DIAS, matrícula n° 30.947-8, Superitendente do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, em seus impedimentos eventuais.

PAULO TIMM

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA — SLU

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 30 DE JUNHO DE 1993

O SUPERITENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo Regimento aprovado pelo Decreto n° 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução n° 38 de 30 de outubro de 1990 e o que consta do Processo n° 094.000.364/93,

RESOLVE:

PRORROGAR por 14 (quatorze) dias, o prazo concedido pela Ordem de Serviço "SLU" de 14.05.93, que constituiu COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, com o fim de apurar responsabilidades pelo desaparecimento de um tacógrafo, instalado no caminhão marca FORD-CARGO, prefixo 17-12, placa FO-9175.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 22 DE JUNHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do artigo 1°, e item I, do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, EDUARDO DE FREITAS FERREIRA, matrícula n° 81.399-0, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do QP/SLU, para Substituir LÁZARO CARLOS FERREIRA, matrícula n° 79.353-1, Chefe do Distrito de Limpeza de Taguatinga, da Gerência de Operações, Código DFG-02, do QP/SLU, no período de 01.07.93 a 30.07.93, por estar o titular substituindo o Chefe da Unidade de Manutenção de Usinas.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

(Republicado por haver saído com incorreção no original, conforme DODF n° 132, pág. 20 do dia 02.07.93)

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 22 DE JUNHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 3.366, de 20 de agosto de 1976 e tendo em vista o artigo 2°, da Lei n° 159, de 16 de agosto de 1991,

RESOLVE:

NOMEAR MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES TAVARES DA NÓBREGA, matrícula n° 83.241-3, Auxiliar de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão I, do QP/SLU, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Código DFA-02, do Serviço Jurídico, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 22 DE JUNHO DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do artigo 1°, e item I, do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, EDUARDO DE FREITAS FERREIRA, matrícula n° 81.399-0, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do QP/SLU, para Substituir LÁZARO CARLOS FERREIRA, matrícula n° 79.353-1, Chefe do Distrito de Limpeza de Taguatinga, da Gerência de Operações, Código DFG-02, do QP/SLU, no período de 01.07.93 a 30.07.93, por estar o titular substituindo o Chefe da Unidade de Manutenção de Usinas.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

(Republicado por haver saído com incorreção no original, conforme DODF n° 132, pág. 20 do dia 02.07.93)

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

CONCEDO : LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990, aos servidores abaixo:

NOME	:	José Silva Oliveira
MATRÍCULA	:	01.228-9
LOTAÇÃO	:	DLAS
CARGO	:	Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO	:	24.09.81 a 23.04.87
NOME	:	Antônio Cardoso de Menezes
MATRÍCULA	:	01.305-6
LOTAÇÃO	:	DLAN
CARGO	:	Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO	:	15.02.82 a 14.10.87
NOME	:	Erondina Maia Rios e Câmara
MATRÍCULA	:	01.562-8
LOTAÇÃO	:	DLAN
CARGO	:	Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO	:	06.09.84 a 05.11.90

NOME : Sebastião Antônio Ribeiro
MATRÍCULA : 73.920-0
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Técnico de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 28.11.77 a 27.11.82

NOME : Sebastião Antônio Ribeiro
MATRÍCULA : 73.920-0
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Técnico de Administração Pública
2º QUINQUÊNIO: 28.11.82 a 27.11.87

NOME , : Sebastião Antônio Ribeiro
MATRÍCULA : 73.920-0
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Técnico de Administração Pública
3º QUINQUÊNIO: 28.11.87 a 27.11.92

NOME : Antônio Minervino Sobrinho
MATRÍCULA : 74.252-X
LOTAÇÃO : NUTRA
CARGO : Técnico de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 28.10.85 a 27.10.90

NOME : Maria Solange Almeida Alves
MATRÍCULA : 75.206-1
LOTAÇÃO : UCTL
CARGO : Técnico de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 06.02.87 a 05.02.92

NOME : Ibraim Firmo Ferreira
MATRÍCULA : 76.062-5
LOTAÇÃO : DLP
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 02.02.78 a 01.09.83

NOME : Jose Divino de Lima
MATRÍCULA : 76.891-X
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 28.07.78 a 27.08.84

NOME : João Ribeiro
MATRÍCULA : 77.702-1
LOTAÇÃO : DLG
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 28.02.79 a 27.09.84

NOME : Elizete Alves Carvalho
MATRÍCULA : 78.971-2
LOTAÇÃO : GEP
CARGO : Técnico de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 22.08.80 a 21.09.85

NOME : Francisco Januário de Aguiar
MATRÍCULA : 79.363-9
LOTAÇÃO : NUTRA
CARGO : Técnico de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 05.09.86 a 04.09.91

NOME : Manoel Canuto Condé
MATRÍCULA : 79.516-X
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 15.07.81 a 14.01.88

NOME : José Gomes Moreira
MATRÍCULA : 79.937-8
LOTAÇÃO : NUTRA
CARGO : Técnico de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 12.03.82 a 11.05.87

NOME : Renato Silva Melo
MATRÍCULA : 79.944-0
LOTAÇÃO : Administração Taguatinga
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 12.03.82 a 11.07.87

NOME : Renato Silva Melo
MATRÍCULA : 79.944-0
LOTAÇÃO : Administração Taguatinga
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
2ºQUINQUÊNIO: 12.07.87 a 11.07.92

NOME : Fernando Soares Filho
MATRÍCULA : 79.956-4
LOTAÇÃO : DLAS
CARGO : Técnico de Administração Pública
2º QUINQUÊNIO: 19.09.87 a 18.11.92

NOME : Antônio Vitor Dias
MATRÍCULA : 80.048-1
LOTAÇÃO : DLT
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
2ºQUINQUÊNIO: 14.11.87 a 13.11.92

NOME : Maria José Evangelista da Silva
MATRÍCULA : 80.308-1
LOTAÇÃO : SECOR
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
2ºQUINQUÊNIO: 29.11.87 a 28.11.92

NOME : Jurandir Alves Pereira
MATRÍCULA : 80.807-5
LOTAÇÃO : DLT
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 20.01.84 a 19.11.91

NOME : Raimundo Pereira Souza
MATRÍCULA : 81.081-9
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 17.09.84 a 16.09.89

NOME : Raimundo Batista Sobrinho
MATRÍCULA : 81.226-9
LOTAÇÃO : DLG
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 01.02.85 a 31.01.90

NOME : Raimundo Alves Munis
MATRÍCULA : 81.441-5
LOTAÇÃO : DLP
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 06.01.86 a 05.12.92

NOME : Vanderley da Silva Moreira
MATRÍCULA : 81.682-5
LOTAÇÃO : DLAS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 14.04.86 a 13.03.92

NOME : Alexandre Pereira de Souza
MATRÍCULA : 81.741-4
LOTAÇÃO : DLAS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 16.04.86 a 15.05.91

NOME : Francismar Lima Silva
MATRÍCULA : 81.921-2
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 24.04.86 a 23.11.91

NOME : Júlio Martins
MATRÍCULA : 81.989-1
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 13.05.86 a 12.01.92

NOME : Benedito Mendes da Silva
MATRÍCULA : 82.013-X
LOTAÇÃO : DLAS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 14.05.86 a 13.10.91

NOME : Cristino Pedro de Sousa
MATRÍCULA : 82.031-8
LOTAÇÃO : DLAS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 17.10.86 a 16.04.92

NOME : Leonidas José de Souza
MATRÍCULA : 82.072-5
LOTAÇÃO : DLT
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1ºQUINQUÊNIO: 22.10.86 a 21.12.92

NOME : Antônio Augusto de Siqueira
MATRÍCULA : 82.095-4
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 03.11.86 a 02.09.92

NOME : José Fernandes da Silva
MATRÍCULA : 82.383-X
LOTAÇÃO : UCTL
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 05.03.87 a 04.03.93

NOME : Moacir Navarro de Andrade Brandão
MATRÍCULA : 82.511-5
LOTAÇÃO : DLS
CARGO : Auxiliar de Administração Pública
1º QUINQUÊNIO: 06.03.87 a 05.06.92

Brasília, 02 de Julho de 1.993.
DINÍSIO ANTÔNIO DA CRUZ
Divisão de Administração Geral - SLU
DIRETOR

CONCEDO, conforme delegação de competência constante da Ordem de Serviço "SLU" nº 057, de 10 de julho de 1990, PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE, por 30 (trinta)dias, nos termos do Artigo 13, Parágrafo 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aos candidatos nomeados, conforme a seguir:

N O M E	DATA DA PORTARIA
Suely Valeriana de Santana	07/abril/1993
Arlene Souza Cardoso	07/abril/1993
Raimunda Nonata N. Carvalho	07/abril/1993
Carlos Antonio Fontes	07/abril/1993
Irene de Souza Alves	07/abril/1993
Manoel Messias Alves dos Santos	07/abril/1993
Manoel Saraiva Landy Neto	07/abril/1993
Paulo da Cruz Macedo Guimarães	07/abril/1993
Wanderleia dos Santos	07/abril/1993
Eduardo Fonseca da Gama	07/abril/1993
Etel Maria dos Reis	07/abril/1993
Antonia Lucinete Teixeira Batista	07/abril/1993
Domingos do Trabalho Amaral Rosa	07/abril/1993
Zélia de Fátima de Andrade	07/abril/1993
Adilson Lima da Silva	07/abril/1993
Fátima Alves da Silva	07/abril/1993
Enoque José da Silva	07/abril/1993
Jorge Alves de Oliveira	07/abril/1993
Ivanilde Silva Santos	07/abril/1993
Carlos Márcio R. da Silva	07/abril/1993
José Onésio Marques	07/abril/1993

Brasília, 22 de junho de 1.993
DINÍSIO ANTONIO DA CRUZ
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL/SLU
DIRETOR

ORDENS DE SERVIÇO DE 30 DE junho DE 1993

PROCESSO : 094,000525/93
NOME : JOÃO ANTONIO DA SILVA
MATRÍCULA: 70.388-5
AVERBA : 1.408 dias, ou seja, (03) anos, (10)meses e (13) dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000526/93
NOME : MANOEL CARVALHO
MATRÍCULA: 70.636-1
AVERBA : 726 dias, ou seja, (01) ano, (11) meses e (28) dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000527/93
NOME : CÍCERO PAULINO SANTANA
MATRÍCULA: 73.660-0
AVERBA : 810 dias, ou seja, (02) anos,(02) meses e (20)dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000528/93
NOME : ANTONIO SEVERINO DA SILVA
MATRÍCULA: 74.615-0
AVERBA : 1.347 dias, ou seja, (03) anos,(08) meses e (12) dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000529/93
NOME : DOMINGOS VELOSO CALDEIRA
MATRÍCULA: 77.956-3
AVERBA : 3.264 dias, ou seja, (08) angs,(11) meses e (14) dias de tempo de serviço prestado a Fundaçao Universidade de Brasília e DER-DF.

PROCESSO : 094,000530/93
NOME : LAÉRCIO LAGE DE CASTRO PENA
MATRÍCULA: 79.447-3
AVERBA : 1.604 dias, ou seja, (04) anos,(04) meses e (24) dias de tempo de serviço prestado pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

PROCESSO : 094,000531/93
NOME : CHAFI SILVÉRIO DA SILVA
MATRÍCULA: 80.098-8
AVERBA : 7.976 dias, ou seja, (21) anos,(10) meses e (11) dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000532/93
NOME : LUIZ EUGÊNIO CORRÊA
MATRÍCULA: 80.861-X
AVERBA : 360 dias, ou seja, (11) meses e (29) dias de tempo de serviço prestado ao Ministério da Guerra.

PROCESSO : 094,000533/93
NOME : RAIMUNDO ALVES MUNIZ
MATRÍCULA: 81.441-5
AVERBA : 3.058 dias, ou seja, (08) anos,(04) meses e (18) dias de tempo de serviço prestado ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.

PROCESSO : 094,000534/93
NOME : JOSÉ MARCO MONTEIRO DA SILVA
MATRÍCULA: 81.755-4
AVERBA : 2.127 dias, ou seja, (05) anos,(10) meses e (02) dias de tempo de serviço averbado pelo INSS.

PROCESSO : 094,000535/93
NOME : MARISE APARECIDA M. ANASTÁCIO
MATRÍCULA: 82.794-0
AVERBA : 8.041 dias, ou seja, (22) anos e (11) dias de tempo de servi- averbado pelo INSS.

Brasília-DF, 30 de junho de 1.993
DINÍSIO ANTONIO DA CRUZ
Divisão de Administração Geral-SLU
DIRETOR

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 2917

Aos 15 dias do mês de junho de 1993, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e JOSÉ MILTON FERREIRA, a Procuradora-Geral em exercício, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária no. 2916, de 08.06.93.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 0755/75 - Reforma do Soldado PM AGNELO FRANCO DE OLIVEIRA. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias, para que a Polícia Militar do Distrito Federal providencie o cumprimento das exigências de fls. 172-173.

PROCESSO No. 2087/88 - Alteração do ato de reforma do Soldado PM JOSÉ PEREIRA SOARES. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a alteração.

PROCESSO No. 4361/92 - Reforma do Soldado PM HÉLIO VIEIRA SOBRAL. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de reforma.

PROCESSO No. 7044/91, contendo o Contrato no. 17/93 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a CODIPE - Companhia Distribuidora de Peças e Veículos. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado ajuste, recomendando à TERRACAP a observância da orientação expressa na alínea "d" do OF GP no. 018/92-CIRCULAR, de 30.11.92; b) determinar a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1872/92 - Reforma do Cabo PM VICENTE FRANCISCO FERNANDES. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de reforma, reiterando à Polícia Militar do Distrito Federal a recomendação de retificação do nome do militar, mediante apostilamento.

PROCESSO No. 2333/92 - Originário do ofício no. 143/92-MD, pelo qual o então Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado SALVIANO GUIMARÃES, atendendo a requerimento do Deputado WASNY DE ROURE, solicita a realização de inspeção na Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, com o objetivo de verificar a regularidade da doação de 06 (seis) toneladas de soja à Fundação Maria do Barro. Aos autos juntou-se relatório de auditoria levada a efeito pela 2a. Inspetoria de Controle Externo. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados do procedimento de fiscalização; b) determinar à Fundação do Serviço Social que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote imediatas providências com vistas ao aproveitamento das 6 (seis) toneladas de soja estocadas na Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB; c) dar ciência ao nobre Parlamentar, através da Presidência daquela Casa, desta etapa do processo; d) restituir os autos à 2a.Inspetoria de Controle Externo. .

PROCESSO No. 4632/92 - Atas das 2657a. a 2660a. Reuniões da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das citadas atas, determinando a inclusão dos autos em roteiro de inspeção, para os fins indicados no item II do referido voto, fls. 49.

PROCESSO No. 0525/93 - NE No. 840/92 e outras, emitidas pela então Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação Social;

PROCESSO No. 1945/92 - NE No. 026/93 e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal;

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO No. 2187/93 - NE No. 097/93 - SE e outras. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas;

PROCESSO No. 2601/93 - Representação no. 013/93-OR, do Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES, em que sugere seja estudada, pelos motivos que expõe, a conveniência de implantação de critérios procedimentais suscitados no referido documento. - O Tribunal decidiu acolher as propostas formuladas no voto do Relator, fls. 7/8.

PROCESSO No. 2755/93 - Representação no. 002/93-PG, da Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, em que a impossibilidade jurídica do provimento da vaga então existente de Conselheiro, mediante indicação de livre escolha pelo Governador do Distrito Federal. - O Tribunal, tomando conhecimento da citada representação, decidiu: a) comunicar à ilustre Procuradora-Geral que o Excelentíssimo Senhor Governador tomou ciência, oficiosamente e na época oportuna, de sua preocupação, expressa no documento de fls. 01/05; b) determinar o arquivamento dos autos, à vista das razões expostas no referido voto, fls. 06/08 e também pela perda de oportunidade.

A propósito desta decisão, a Procuradora-geral em exercício, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, ratificando o posicionamento da Instituição, assim se manifestou:

"O Ministério Público que atua junto a esta Corte gostaria de ressalvar a opinião da Instituição, expressa na Representação no. 02/93, da lavra da Ilustre Procuradora-Geral do Ministério Público Especial, Dra. MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, que reflete, ao ver do **parquet** especial, a correta interpretação da Lei No. 091/90 e da Constituição Federal. A esse respeito, impetrou o Mandado de Segurança, em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Acredita, assim, o Ministério Público que a questão será bem decidida pelo Poder Judiciário, a quem cumpre prestar jurisdição (art. 5º, XXXV da CF)".

O Processo no. 601/91 (Relator: Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA), que trata da reversão à atividade do servidor JOSÉ LUIZ PERON, e de que pedira vista em sessão anterior o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, deixou de ser apreciado nesta assentada, a seu pedido, por motivo de férias do Relator.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO No. 4633/92 - Atas das 2618a. a 2684a. Reuniões da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

PROCESSO No. 4634/92 - Atas das 2685a a 2689a, Reuniões da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

PROCESSO No. 4642/92 - Atas da 2678a a 2680a. Reuniões da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento das citadas atas, determinando o arquivamento dos processos.

PROCESSO No. 4989/92 - Balancete da Sociedade de Abastecimento de Brasília, relativo ao 3o. trimestre de 1991. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da citada peça contábil, autorizando a realização de inspeção junto à SAB, nos termos do art. 121, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

PROCESSO No. 1026/93 - Relatório de auditoria programada levada a efeito na Polícia Militar do Distrito Federal, tendo por objeto a verificação da regularidade e exatidão das receitas e outros ingressos. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado dos trabalhos da citada auditoria; b) fazer à Polícia Militar do Distrito Federal e Secretaria de Fazenda e Planejamento as recomendações indicadas nos itens II e III de fls. 109-110, do referido voto.

PROCESSO No. 1719/93, contendo a Representação no. 07/93-OR, mediante a qual o Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES, no tocante a Representação no. 002/93-PG/P, do Ministério Público junto a esta Corte, versando sobre a inconstitucionalidade da Lei no. 118/93, em homenagem à completa observância do princípio do contraditório, sugere que sejam solicitadas, também ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, as mesmas informações requisitadas ao senhor Governador do Distrito Federal. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu acolher a medida complementar sugerida.

PROCESSO No. 2140/93 - NE No. 081/93 - SCECS e outras. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, considerar correta a classificação das despesas a que se reportam as NEs constantes dos autos, à exceção da de no. 108/93; b) em relação a este documento, solicitar à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Distrito Federal esclarecimentos a respeito do tipo de serviço prestado àquele órgão pelo profissional LUIZ GONZAGA SCORTECCI DE PAULA, recomendando-lhe, ainda, que, nas NEs emitidas para pagamento de despesas com contratos, faça constar minuciosa e precisa especificação dos serviços a serem realizados ou bens adquiridos.

PROCESSO No. 4005/90 (apensos: Processos no.s 3147/90 e 1947/92 e 14 anexos) - Relatório de auditoria realizada pela PRICE WATERHOUSE AUDITORES INDEPENDENTES sobre a situação do Caixa único do Sistema de Transportes Coletivos do Distrito Federal, complementada por trabalhos de inspeção levados a efeito pelo órgão de apoio técnico desta Corte. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios no.s 417/92-GAB/ST e 363/92-PRESI e dos documentos que os acompanham, considerando cumpridas as diligências expressas nos OFs GP no.s 1112 e 1113/92; b) autorizar a juntada deste processo ao de no. 1150/92, para acompanhamento das mudanças no Sistema de Transporte Coletivo de Brasília; c) determinar a desapensação da Tomada de Contas Especial constante do Processo no. 1947/92, para sua regular instrução.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 0370/91 - Convênio no. 073/90 firmado entre o Distrito Federal, através da então Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Departamento de Estrada de Rodagem do Distrito Federal, com a interveniência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento dos resultados da auditoria levada a efeito pela 3a. Inspetoria de Controle Externo e dos documentos de fls. 343/353, determinando ao DER/DF que recolha o saldo do ajuste em apreço.

PROCESSO No. 2784/91 - NE No. 063/91 e outras, emitidas pela Administração Regional do Guará. Aos autos juntou-se relatório de inspeção levada a efeito pela 1a. Inspetoria de Controle Externo. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomando conhecimento dos resultados da citada inspeção relevando o descumprimento do disposto artigo 32 do Decreto no. 10.996/88, decidiu recomendando à Administração Regional do Guará que, em casos semelhantes, atente para o procedimento exigido no referido dispositivo regulamentar.

PROCESSO No. 2386/92 - Contrato no. 160/92 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a empresa BIANCHESSI & CIA AUDITORES. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do citado ajuste, determinando a

baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4446/92 - Balancete do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, relativo ao 2o. trimestre de 1992. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento da citada peça contábil, determinando a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo para que as falhas apontadas pela instrução sejam examinadas e acompanhadas nos balancetes posteriores a este.

PROCESSO No. 5030/92 - Relatório de inspeção levada a efeito pela 2a. Inspetoria de Controle Externo, em atendimento à solicitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal contida no OF MD/447/92 (Requerimento no. 1129/92-WR), com o objetivo de verificar a destinação da receita proveniente de 2.088 unidades imobiliárias, localizadas no Plano Piloto e Cidades Satélites, conforme Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1991. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da citada inspeção, bem como dos documentos de fls. 08/466; b) encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal cópia do relatório de fls. 467/477 e dos documentos de fls. 8/315 e 439/466, acompanhados das informações constantes dos itens "b.1 a b.5" do referido voto, fls. 485/487.

PROCESSO No. 5121/92 - Balancete do Departamento de Estrada de Rodagem do Distrito Federal, referente ao 3o. trimestre de 1992. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento da citada peça contábil, relevando a falha apontada na instrução; b) recomendar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal a observância do prazo estabelecido no artigo 113 do Regimento Interno desta Corte, bem assim quanto ao encaminhamento dos elementos exigidos no inciso III do mesmo artigo; c) determinar àquela Autarquia que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) encaminhe o Termo de Conferência de Caixa, a Conciliação Bancária da c/c no. 201.821.306-1 BRB e das Aplicações Financeiras, bem como o Demonstrativo Analítico do Ativo Permanente, considerando que tais elementos não acompanharam o balancete do 3o. trimestre/92; b) esclareça a diferença existente entre o Termo de Conferência do Almoxarifado e o respectivo saldo contábil; c) justifique a não entrega do balancete correspondente ao 4o. trimestre/92 no prazo regulamentar.

PROCESSO No. 5754/92 - Atas das 318a. e 319a. Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília;

PROCESSO No. 1170/93 - Atas das 320a e 321a. Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento das citadas atas e determinou a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1875/93 - Contrato no. 2772/93 celebrado entre a Companhia de Água e Esgoto de Brasília e a firma BRASTUBO - Construções Metálicas S/A;

PROCESSO No. 1887/93 - Contrato no. 2782/93 celebrado entre a Companhia de Água e Esgoto de Brasília e a firma CONFAB INDUSTRIAL S/A;

O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tomou conhecimento dos citados ajustes.

PROCESSO No. 2296/93 - Contrato no. 215/92 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a Empresa DF SEGURANÇA LTDA. - O Tribunal, tomando conhecimento do citado ajuste, determinou a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins indicados no voto da Relatora, fls. 38.

PROCESSO No. 2426/93 - NE no. 130/93 e outras, emitidas pela então Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Distrito Federal - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para que a Secretaria de Obras do Distrito Federal justifique a despesa constante da NE ora examinada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 0161/89 - Atas de órgãos colegiados da Companhia Energética de Brasília. Aos autos juntou-se relatório de inspeção levada a efeito pela 5a. Inspetoria de Controle Externo. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à CEB que: a) no prazo de 30 (trinta) dias, promova a rescisão dos contratos de trabalho, sem justa causa, das contratações efetivadas para preenchimento de empregos de natureza permanente, sem concurso público, ocorridas após o recebimento do OF GP no. 2053/90, remetendo a esta Corte os documentos comprobatórios; b) no prazo de 15 (quinze) dias, indique o(s) nome(s) do(s) responsável(is) pelas admissões efetuadas, sem concurso público, infringindo dispositivo constitucional, além de recomendações deste Tribunal efetivadas pelos OF GP no.s 2053/90 e 955/91-CIRCULAR, encaminhando, no mesmo prazo, as alegações que tiver(em) em sua(s) defesa(s). Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o referido voto.

PROCESSO No. 2308/89 - Originário da representação no. 03/89, do Auditor OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA, propondo a realização de inspeção na Fundação Hospitalar do Distrito Federal, tendo em vista o desaparecimento de produtos e equipamentos que estaria ocorrendo naquela Entidade. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 368/375, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência determinada por meio do OF GP no. 2192/92; b) recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal rigor no acompanhamento do contrato de limpeza e vigilância do Almoxarifado e Farmácia Central; c) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 0018/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ DINIZ DE MELO;

PROCESSO No. 3465/90 - Aposentadoria do servidor CAMILO PEREIRA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 3810/92 (apenso o de no. 054.001048/92) - Prestação de contas da aplicação de suprimento de fundos concedido pela Polícia Militar do Distrito Federal ao 3o. Sargento IVAN RIBEIRO DA SILVA. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço, relevando as falhas apontadas na instrução; b) recomendar à Polícia Militar do Distrito Federal a estrita observância das normas sobre suprimento de fundos, contidas no Decreto no. 13.771/92; c) ordenar a baixa na responsabilidade do nominado servidor, determinando o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 4130/92 - Tomada de Contas do Agente de Material da ST/DF, relativa ao exercício de 1991. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, preliminarmente, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando o competente parecer.

PROCESSO No. 1173/93 - Atas das 618 a 620a. Reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda;

PROCESSO No. 1930/93 - Atas das 1114a. a 1116a. Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento das citadas atas, determinando a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, às 16:50 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral em exercício.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
RONALDO COSTA COUTO
MARLI VINHADELI
JORGE CAETANO
JOSÉ MILTON FERREIRA
CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

ANEXO À ATA 2917
(SESSÃO ORDINÁRIA DE 15.06.93)

PROCESSO Nº 0161/89
INTERESSADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA — CEB
ASSUNTO: ATAS DE ÓRGÃOS COLEGIADOS — Resultado de Inspeção
RELATOR: Conselheiro JORGE CAETANO

Estes autos, que cuidam, nesta fase, de inspeção efetuada na CEB, com vistas à verificação do cumprimento das recomendações deste Tribunal transmitidas através dos OF GP nºs 2.503/90 e 955/91 - Circular, sobre a obrigatoriedade de realização de concurso público para o preenchimento de empregos de natureza permanente, teve sua última apreciação por esta Corte em Sessão realizada em 02/02/92, oportunidade em que, após apresentar um breve relato do processo, votei pelo seu encaminhamento ao douto Ministério Público, para exame, pelos motivos alinhados às fls. 125/126.

Retornam agora os autos com o Parecer nº 192/93, da lavra da nobre Procuradora-Geral, Doutora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, onde aquela autoridade manifesta o mesmo entendimento da instrução quanto à obrigatoriedade das empresas públicas realizarem concurso público para admissão de pessoal. Sobre o mesmo assunto, esclarece a ilustre parecerista, Já se pronunciou a digna Representante daquele Ministério Público, Dra CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, no Parecer nº 202/90, acostado por cópia às fls. 131/162.

No que tange à recisão dos contratos de trabalho celebrados, entende a ilustre Procuradora-Geral "ser consectária de nulidade dos atos de admissão, porque eivados de vício insanável (ausência de realização da seleção mediante concurso público)". Enfatiza, porém, que "Dar-se-ão as rescisões, contudo, sem justa causa, porque para ela não concorreram os empregados, haja vista a falha única do empregador.

Daí, considerando ser indubitável a ocorrência de prejuízo aos cofres públicos, entende deva ser aplicada a multa prevista no artigo 181 do Regimento Interno desta Casa.

VOTO

Estou de pleno acordo com o entendimento da ilustre Procuradora-Geral, Dra MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, em se determinar a rescisão dos contratos de trabalho, sem justa causa, ao invés de declarar a sua anulação, conforme proposto na instrução de fls. 121/123.

Assim, acolho o parecer do douto Ministério Público e VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário:

I - determine à Companhia Energética de Brasília que:

a) no prazo de 30 (trinta) dias, promova a rescisão dos contratos de trabalho, sem justa causa, das contratações efetivadas para preenchimento de empregos de natureza permanente, sem concurso público, ocorridas após o recebimento do OF GP nº 2.053/90, remetendo a esta Corte os documentos comprobatórios;

b) no prazo de 15 (quinze) dias, indique o(s) nome(s) do(s) responsável(is) pelas admissões efetuadas, sem concurso público, infringindo dispositivo constitucional, além de recomendações deste Tribunal efetivadas pelos OF GP nºs 2.053/90 e 955/91-Circular, encaminhando, no mesmo prazo, as alegações que tiver(em) em sua(s) defesa(s).

Brasília-DF, 17 de junho de 1993

JORGE CAETANO
Conselheiro

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2918

Aos 17 dias do mês de junho de 1993, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e JOSÉ MILTON FERREIRA, a Procuradora-Geral em exercício, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária no. 2917, de 15.06.93. Na oportunidade, o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, à vista do registro consignado após lavrada a decisão do Processo no. 2755/93, constante da referida ata, informou ao Plenário o inteiro teor do despacho do Relator, Desembargador HERMENEGILDO GONÇALVES, no Mandado de Segurança no. 3356 impetrado pelo Ministério Público junto a esta Corte, para que constasse da ata desta Sessão, a seguir transcrito:

"Preliminarmente, verifico que a segurança foi impetrada por advogado em nome do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Contudo, o direito violado ou ameaçado de violação, se existe, não é da instituição, mas dos ilustres procuradores que firmaram a procuração de fls. 09 que, eventualmente, poderiam obter a nomeação não fora o ato impugnado.

Assim, ainda que se admitisse a extravagante hipótese de o Ministério Público, parte pública autônoma no mandado de segurança, poder apresentar-se como impetrante **in casu**, isso seria impossível, já que tratando-se, como se trata, de direito a investir-se no cargo de Conselheiro, tal direito, se reconhecido, seria de um dos procuradores individualmente e não da instituição que, em virtude disso, não tem legitimidade para a ação.

Destarte, anoto que o ato de nomeação e posse, que a segurança busca sustar, é um ato complexo (que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão administrativo de diferentes poderes do Distrito Federal). Com efeito, se competente para nomear é o Exmo. Senhor Governador para dar posse a atribuição é do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Logo, a segurança não poderia ser impetrada somente contra o Senhor Governador, já que se deferida a providência, após a nomeação, este não poderia cumprir a ordem por ser o ato de posse da competência de outra autoridade.

Acrescento que quando recebi o processo aos quatro do corrente mês e ano por redistribuição a nomeação já ocorrera e a segunda providência era inviável porque não era da alçada da autoridade competente.

EX POSITIS, o impetrante é carecedor de ação e **ipso facto** julgo extinto o processo com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil".

A Procuradora-Geral em exercício, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, sobre a matéria, assim se pronunciou:

"O Ministério Público gostaria de ressaltar que a decisão ora lida em Plenário não aborda o mérito da questão, daí porque matém firme a sua convicção primeira a respeito do debate então instaurado".

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Tribunal dos seguintes expedientes:

- Ofício no. 1315/93, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mediante o qual comunica haver aquela Corte, acolhendo proposta do Conselheiro ANTONIO MAGALHÃES, em sessão de 08 do corrente, por unanimidade, consignado na ata dos trabalhos suas congratulações ao Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, pela sua posse neste Tribunal.

- Ofício no. 064/93-PG/P, pelo qual a Procuradora-Geral em exercício, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, comunica que entrará em gozo de férias, a partir de 22 do corrente mês.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 0680/92 - NE no. 1102/91 e outras, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos expedientes de fls. 32/35, considerando cumprida a diligência expressa no OF GP no. 1364/92, reiterada pelo de no. 119/93; b) informar ao SLU que a apuração de responsabilidade, para ressarcimento por dano causado ao erário, deve ser feita através de tomada de contas especial (art. 152 do Regimento Interno desta Corte), procedimento não adotado no acidente de trânsito a que se refere a Nota de Empenho no. 1136/91; c) determinar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção, para os fins indicados na alínea "c" do referido voto, fls. 40.

PROCESSO No. 3170/92 - Contratos números 886 e 882/92 celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) reiterar à FZDF os termos do OF GP no. 196/93, concedendo novo prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da diligência nele contida; b) alertar aquela Fundação para as sanções previstas no art. 182, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

PROCESSO No. 4744/92 - Convênio no. 040/92 celebrado entre o Departamento de Turismo e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Aos autos juntou-se relatório de auditoria levada a efeito pela 3a. Inspetoria de Controle Externo nos referidos órgãos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento: a) do citado ajuste; b) da Nota de Empenho no. 168/92 e da sua anulação parcial; c) dos resultados da mencionada auditoria e da documentação de fls. 8/203; II) determinar à NOVACAP que: a) informe, no prazo de 30 (trinta) dias: a.1 - os eventos a que foram destinados os materiais adquiridos junto à firma A.R. - Engenharia e Comércio Ltda. e custeados com recursos do Convênio no. 040/92; a.2 - os serviços objeto das glosas lançadas nos Atestados de Execução no.s 2.419 e 2.528/92 (fls.117 e 135); b) envie a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia do Diário de Obras, devidamente preenchido pela A.R. - Engenharia e Comércio Ltda., vencedora do Convite no. 351/92-CPL; III) ordenar ao DETUR que: a) esclareça a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, os motivos de a servidora YEDA MARIA CARVALHO GARCIA, executora do Convênio no. 040/92, ter deixado de emitir os pronunciamentos solicitados pela Gerência Administrativa nas datas de 06.10.92 (Processo no. 012.000578/92, fls. 11) e 02.11.92 (Processo de no. 012.0000007, sem numeração), a teor das cópias que constituem as fls. 172 e 188 destes autos; b) nos termos do art. 152 do Regimento Interno desta Casa,

aprovado pela Resolução no. 38, de 30.10.90, instaure, de imediato, tomada de contas especial com vista à apuração de responsabilidades e do valor dos danos causados ao patrimônio do Distrito Federal em decorrência de irregularidades na aplicação dos recursos provenientes do Convênio no. 040/92, a exemplo da negligência na guarda dos materiais adquiridos através do Convite no. 351/92-CPL e que não foram encontrados pela equipe de auditoria encarregada da fiscalização do ajuste.

PROCESSO No. 0527/93 - NE no. 502/92 e outras, da Região Administrativa VI - Planaltina.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar à RA-VI o imediato cumprimento da diligência expressa no OF GP no. 200/93.

PROCESSO No. 0545/93 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, relativo ao 4o. trimestre de 1992.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento da citada peça contábil, solicitando à CAESB que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte, de maneira circunstanciada, e à luz das recomendações expressas nos OFs. GP números 116/91, item VI (fls. 107/109) e 1197/91, item III (fls. 110/111): a) os motivos determinantes do encargo de Cr$6.252.687.455.86 (seis bilhões, duzentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros e oitenta e seis centavos), acumulado até o 4o. trimestre de 1992, a título de multas e juros moratórios; b) as providências adotadas pela Empresa para ressarcir-se; c) em caso de absorção, a devida fundamentação legal; II) determinar àquela Companhia que, no mesmo prazo, esclareça, ainda, as causas do expressivo prejuízo registrado em 1992 (Cr$68.190.067.480,36), tendo em conta a tendência de lucro demonstrado no decorrer do exercício, inclusive com o resultado favorável de Cr$36.373.753.060,81 (trinta e seis bilhões, trezentos e setenta e três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, sessenta cruzeiros e oitenta e um centavos), obtido no 1o. semestre.

PROCESSO No. 0883/93 - Convênio no. 069/92 celebrado entre o Departamento de Turismo e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Aos autos juntou-se relatório de auditoria levada a efeito pela 3a. Inspetoria de Controle Externo.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento: a) do citado ajuste e da Nota de Empenho no. 350/92 a ele vinculada; b) dos resultados da referida auditoria realizada nos mencionados órgãos e da documentação de fls. 7/266; II) determinar à NOVACAP que: a) no prazo de 15 (quinze) dias, envie a esta Corte cópia do Diário de Obras, devidamente preenchido pela firma GEMEL CONSTRUÇÕES LTDA., vencedora do Convite no. 567/92-CPL; b) nos termos do art. 152 do Regimento Interno deste Colegiado, instaure, de imediato, tomada de contas especial que, contendo Laudo Técnico discriminatório da quantidade de materiais utilizados, locais dos serviços e datas das respectivas execuções, venha a apurar possíveis responsabilidades em decorrência da aplicação dos recursos provenientes do Convênio no. 069/92.

PROCESSO No. 0926/93 - Originário de denúncia formulada pelo Sr. MACÁRIO AMÂNCIO TAVARES, servidor da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, a respeito da prática de atos sem observância das normas legais por parte daquela Fundação.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) reiterar àquela Entidade os termos do OF GP no. 234/93, assinando novo prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da diligência nele contida; b) alertar aquela Jurisdicionada para as sanções previstas no art. 182, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

PROCESSO No. 1953/93 - Atas das 983a. a 985a. Reuniões do Conselho de Administração da Sociedade de Habitações de Interesse Social.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das citadas atas, bem como das instruções produzidas pelas 2a. e 5a. Inspetorias de Controle Externo; b) determinar a baixa dos autos à 5a. ICE, para apreciação posterior, à vista dos resultados das inspeções autorizadas nos Processos números 1172/93 e 4608/92.

PROCESSO No. 2273/93 - Contrato no. 500/93 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma ARCOFER - Artefatos de Concreto e Ferro Ltda.- O Tribunal decidiu acolher as propostas formuladas nas alíneas "a" e "b" do voto do Relator, fls 23. Decidiu, ainda, mandar publicar, em anexo à presente ata, o referido voto.

PROCESSO No. 2274/93 - Contrato no. 562/92 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Pavimento Engenharia de Pavimentação Ltda.;

PROCESSO No. 2275/93 - Contrato no. 501/93 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma ECISAN - Engenharia Civil, Hidráulica e Sanitária Ltda.;

PROCESSO No. 2276/93 - Contrato no. 561/92 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma WV TARTUCE S/A - Marketing e Edificações;

PROCESSO No. 2313/93 - Contrato no. 556/92 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S/A.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento dos citados ajustes e considerou-os regulares.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO No. 0359/91 - Contrato no. 36/90 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma SCB - Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios números 104, 109 e 251/93-SE e dos documentos a eles anexados e considerar cumprida a diligência expressa no OF GP no. 1985/92, relevando a falha apontada na instrução; b) conceder à FEDF a prorrogação por mais 30 (trinta) dias para atendimento do item "d" do OF GP no. 2003/92 ou, caso tenha ocorrido, que informe o andamento da ação judicial movida contra a firma SCB - Engenharia Ltda.; c) alertar aquela Entidade para as sanções previstas no art. 182 do Regimento Interno desta Corte.

PROCESSO No. 7464/91 - Representação no. 02/91, da 3a. Inspetoria de Controle Externo, no sentido de que seja solicitada, aos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, cópia da Constituição das Comissões de Licitação dos 04 (quatro) últimos anos, incluindo a de 1992. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 146 "usque" 256, considerando parcialmente atendida a diligência expressa nos Ofícios-Circular números 003 e 014/92; b) determinar aos órgãos mencionados na alínea "c" de fls. 260 que informem à Corte o nome dos responsáveis pelo descumprimento dos expedientes indicados na alínea anterior, os quais, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão apresentar as razões que tiverem em sua defesa, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 182, incisos III e IV, do Regimento Interno deste Tribunal.

PROCESSO No. 1243/93 - NE no. 1905/92 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO No. 1246/93 - NE no. 1791/92 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO No. 2151/93 - NE no. 001/93 e outras, da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO No. 2185/93 - NE no. 256/93 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO No. 2245/93 - Edital no. 003/93-PMDF, versando sobre a seleção de candidatos à matrícula no Curso de Formação de Soldado Policial-Militar Combatente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado edital, bem como dos Avisos a ele referentes, datados de 25.03, 30.03 e 16.04.93, determinando a baixa dos autos à 5a. Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento.

PROCESSO No. 2394/93, contendo o Ofício no. 375/93-GAB, pelo qual o Departamento de Trânsito do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para entrega do balancete daquela Autarquia, referente ao 1o. trimestre do presente exercício.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do citado expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

Às 16:00 horas, após haver o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO relatado os processos de sua responsabilidade, o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, com a anuência do Plenário, retirou-se da sessão para atender a compromisso inadiável.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 1811/90 - Aposentadoria do servidor AGENOR GOMES DOS SANTOS.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com a correção **a posteriori** indicada no referido voto, fls. 21/22. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro JORGE CAETANO, porque, à época da expedição do ato concessório, ocupava o cargo de Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 2590/90 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO PEDRO DE ARAÚJO.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 2523/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ VIEIRA DE PAIVA;

PROCESSO No. 2749/90 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO OLIVEIRA FILHO;

PROCESSO No. 2776/90 - Aposentadoria do servidor AUGUSTO BELARMINO DA SILVA;

PROCESSO No. 2777/90 - Aposentadoria da servidora TEREZINHA CALDEIRA QUIRINO;

PROCESSO No. 3026/90 - Aposentadoria do servidor MARCIANO GONÇALVES DOS SANTOS.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais para fins de registro, os atos de aposentadoria. Declarou-se impedido de participar do julgamento destes processos o Conselheiro JORGE CAETANO, porque, à época da expedição dos atos concessórios, ocupava o cargo de Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 1191/93 - Ata da 94a. Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia Imobiliária de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento da citada ata, determinando a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1886/93 - Contrato no. 2783/93 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma HIDROPOÇOS LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do referido ajuste.

PROCESSO No. 2414/93 - NE no. 1002/92 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;

PROCESSO No. 2437/93 - NE no. 313/93 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

PROCESSO No. 2440/93 - NE no. 350/93 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, sem prejuízo de ulteriores verificações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 3587/91 (apensos os de números 648/92-TC e 030.014616/91) - Relatório de auditoria especial realizada pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, objetivando a verificação de eventuais irregularidades no comportamento de Advogados, servidores do Governo local, em causas trabalhistas contra aquela Empresa.- O Tribunal, preliminarmente, decidiu enviar o Processo ao Ministério Público, na forma do voto do Relator, fls. 320.

PROCESSO No. 0355/92 - NE no. 1066/91 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fls. 23/30 e 33/39, tendo por cumprida a diligência transmitida por meio do OF GP no. 1703/92, e considerou correta a classificação da despesa representada pela Nota de Empenho no. 1077/91.

PROCESSO No. 1703/92 - Contrato no. 017/92 celebrado entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal e a firma CODIPE - Companhia Distribuidora de Peças e Veículos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da documentação de fls. 12/15 e considerou cumprida a diligência expressa no OF GP no. 320/93, determinando a baixa dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0616/93 - Relatório de auditoria programada levada a efeito na Fundação Cultural do Distrito Federal, abrangendo o período de fevereiro/91 a janeiro/93, de conformidade com o GAPLAN/93.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da citada auditoria; b) fazer à FCDF a recomendação e a determinação constantes dos itens "2" e "3" do referido voto, fls. 313/316; c) reiterar àquela Fundação os termos do OF GP no. 1953/91-CIRCULAR, no sentido de que não mais sejam aceitas declarações de exclusividade como a constante do Processo no. 081.004571/91 -vedação essa determinada pelo Decreto no. 14.158/92-, bem como as orientações do OF GP no. 1473/91-CIRCULAR, quanto à melhor especificação das penalidades contratuais; d) determinar às 1a. e 2a. Inspetorias de Controle Externo que procedam, conjuntamente, em autos apartados, a estudo sobre a matéria tratada no subitem 3.2 DA INSPEÇÃO e item b.5, SUGESTÕES, da informação de fls. 285/302, com vistas a um posicionamento normativo do Tribunal para toda a Administração do Distrito Federal.

PROCESSO No. 0988/93 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato no. 2752/93 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma FIGUEIREDO FERRAZ - Consultoria e Engenharia de Projetos Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado aditivo.

PROCESSO No. 1007/93 - NE no. 721/92 e outras, da RA-I Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO No. 1014/93 - NE no. 342/92 e outras, da RA-I Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas decorrentes das notas de empenho constantes dos autos, com exceção das de números 474, 563 e 626/92; b) determinar à RA-I que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Corte os documentos comprobatórios da exclusividade do prestador dos serviços a que se referem as NEs. excetuadas na alínea anterior.

PROCESSO No. 1017/93 - NE 463/92 e outras, da RA-I Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, recomendando à RA-I a fiel observância das prescrições normativas constantes do OF GP no. 018/92-CIRCULAR, de 30.11.92.

PROCESSO No. 2785/93 - Edital no. 044/93-FHDF, versando sobre o concurso público para os cargos de Assistente Intermediário de Saúde e Assistente Básico de Saúde da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento do Edital no. 044/93-FHDF (fls. 02/13); II) determinar à FHDF que: a) anule o Edital no. 044/93-FHDF, por não ter sido observada a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE No. 837-4 - medida liminar", publicada no Diário da Justiça, Seção I, página 1859, de 17.02.93; b) abstenha-se de realizar processos seletivos destinados à ascensão funcional, até o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade no. 837-4, pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o deferimento de medida cautelar suspendendo a eficácia da expressão "ascensão" contida em diversos artigos, parágrafos e incisos da Lei no. 8.112/90, aplicável à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, por força do disposto no artigo 5o. da Lei no. 197/91; c) em obediência ao Decreto no. 12.192/90, adote as seguintes medidas nos futuros editais de concurso: c.1 - permita a efetivação de inscrição por carta, encaminhada através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com Aviso de Recepção (AR); c.2 - possibilite a interposição de recurso, por parte do candidato, com relação ao resultado da Prova de Verificação de Aprendizagem - Etapa II - Curso de Formação; c.3 - estabeleça prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação do gabarito de prova objetiva, para interposição de recursos, tanto na Etapa I quanto na Etapa II - Curso de Formação; d) observe o disposto no Decreto no. 88.376, de 10.06.83, o qual determina que o valor da taxa de inscrição não poderá ultrapassar a 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) da remuneração fixada para a referência inicial do cargo objeto do concurso público; III) recomendar àquela Entidade que, em caso de expedição de novo edital para o Concurso Público objeto do referido Edital no. 044/93-FHDF, admita as inscrições já efetuadas, dispensando-se possíveis complementações em decorrência de eventual reajuste salarial; IV) ordenar a baixa dos autos à 5a. Inspetoria de Controle Externo para posterior acompanhamento.

A seguir, às 17:10 horas, a sessão passou a reservada, na forma do disposto no artigo 48 do Regimento Interno, para que o Tribunal apreciasse processo de natureza sigilosa, constante da parte II desta ata.

.....

Encerrada a fase de julgamento de processos, a Conselheira MARLI VINHADELI encaminhou à Mesa a Representação no. 01/93, versando sobre a informatização dos serviços desta Corte.- O Tribunal determinou o processamento da citada representação, para os devidos fins (Processo no. 3392/93).

Nada mais havendo a tratar, às 17:20 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral em exercício.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
RONALDO COSTA COUTO
MARLI VINHADELI
JORGE CAETANO
JOSÉ MILTON FERREIRA
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS

ANEXO DA ATA Nº 2918

Sessão Ordinária de 17.06.93

PROCESSO Nº 2273/93 (Relator: Cons. FREDERICO AUGUSTO BASTOS)

ASSUNTO: Contrato

INTERESSADO: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

CELEBRANTES: NOVACAP e Arcofer Artefatos de Concreto e Ferro Ltda.

OBJETO: Implantação de serviços de redes de águas pluviais, na Rua Aurélio Mundim, em Planaltina-DF.

VALOR: Cr$ 2.578.807.113,42 (dois bilhões, quinhentos e setenta e oito milhões, oitocentos e sete mil, cento e treze cruzeiros e quarenta e dois centavos).

PRAZO: 60 (sessenta) dias.

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 060/92-CPL.

Cuidam os autos do exame do Contrato em epígrafe.

A instrução, a cargo da 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos aspectos apreciados, assinala que o ajuste está em desacordo com os arts. 74, IV, e 107 do Decreto nº 10.996/88.

A NOVACAP já foi instada a cumprir tais disposições, consoantes ofícios expedidos em 1991 e 1992.

Sugere, no entanto, a relevação da falha porque em Sessão de 09/03/93, data posterior à do contrato, o Tribunal alertou a jurisdicionada para a necessidade do integral cumprimento das disposições faltantes, sob pena de aplicação das sanções do art.182, VI, do RI.

Aponta, ainda, o atraso de 06 (seis) dias na remessa da cópia do contrato a este Tribunal. Falha que igualmente propõe seja relevada.

Por fim, o Corpo Instrutivo suscita uma dúvida, a ser dirimida pelo Egrégio Plenário: os elementos que devem figurar na publicação resumida de ajuste são os discriminados no art. 82 do Decreto nº 10.996/88 ou aqueles que constam no Decreto nº 14.554/92, que dispõe sobre Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, para o exercício de 1993?

Tenho que este último decreto, de natureza temporária, pode acrescentar outros elementos àqueles explicitados no art. 82 do Decreto nº 10.996/88, sem poder excluir, no entanto, nenhum deles, os quais, em última análise, constituem exigências de lei (Decreto-lei nº 2.300/86).

Prevalece, pois, a determinação da Corte de 09/03/93, no sentido de que os órgãos e entidades jurisdicionados devem cumprir, na sua totalidade, o disposto no art. 82 do Decreto nº 10.996/88.

Diante do exposto, **VOTO** por que o Egrégio Plenário:

a) tome conhecimento do Contrato nº 500/93 (fls. 03/08), com relevação das falhas assinaladas e considere o mesmo regular; e

b) fixe o entendimento de que os elementos indispensáveis na publicação de resumo são os discriminados no art. 82 do Decreto nº 10.996/88 (regulamento do Decreto-lei nº 2.300/86), com exclusão só viável através de alteração expressa de seu texto.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1993

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro-Relator

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Mútua nº 001/93 – PJU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a firma INO – Serviços Especializados de Telecomunicações Ltda., objetivando a complementação do instrumento original. Número do processo: 093.000.169/93. Data de assinatura: 23.06.93. Despesas de publicação: CEB. Assinaturas: Pela CEB, JOSÉ GERALDO MACIEL e ANTÔNIO DE PÁDUA LOURES PEREIRA; Pela INO: HUMBERTO RODRIGUES LISBOA;

GILSON DIAS PEREIRA
Procurador Jurídico

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.
EXTRATO

LOCATÁRIO: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. LOCADOR: EMIVAL LUIZ DA SILVA. CONTRATO: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-91/018. VIGÊNCIA: 29.04.93 A 28.04.94. ASSINATURA: 30.06.93. VALOR GLOBAL: Cr$ 3.240.000.000,00.

PERMISSOR: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. PERMISSIONÁRIA: EMARKI, CAENGE E BASEVI CONSTRUTORAS ASSOCIADAS LTDA. CONTRATO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO. OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE TERRENO PARA UTILIZAÇÃO COMO CANTEIRO DE OBRA. VIGÊNCIA: 01.07.93 A 30.06.94. ASSINATURA: 01.07.93. VALOR GLOBAL: Cr$ 53.640.629,04.

CONTRATANTE: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. CONTRATADA: RENOMAQUI – RENOVADORA DE MÁQUINAS LTDA. CONTRATO: DIRAD/COMAP-93/034. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MÁQUINAS DE ESCREVER MANUAIS, MARCAS OLIVETTI E REMINGTON. LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS COMAP/NUMAP Nº 93/013 DE 13.04.93. VIGÊNCIA: 01.07.93 A 30.06.94: ASSINATURA: 01.07.93. VALOR GLOBAL: Cr$ 200.184.000,00.

CONTRATANTE: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. CONTRATADA: SISTEMA CONSTRUÇÕES LTDA. CONTRATO: DIRAD/COMAP-93/033. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DA AGÊNCIA TAGUATINGA SUL. LICITAÇÃO: INEXIGÍVEL COM BASE NO SUBITEM 1.1.24 DA SEÇÃO 2 E NO SUBITEM 1.1.1 DA SEÇÃO 5 DO REGULAMENTO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DO BRB. VIGÊNCIA: 01.07.93 A 30.06.94. ASSINATURA: 01.07.93. VALOR GLOBAL: Cr$ 45.240.000,00.

LOCATÁRIO: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. LOCADOR: XEROX DO BRASIL LTDA. CONTRATO: II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-91/025. VIGÊNCIA: 03.07.93 A 02.07.94. ASSINATURA: 02.07.93. VALOR GLOBAL: Cr$ 10.759.246.000,00.

CONTRATANTE: BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. CONTRATADA: SOCINTEL DE BRASÍLIA ENGENHARIA LTDA. CONTRATO: TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIÇOS POR EMPREITADA GLOBAL DIRAD/COMAP-92/031. ASSINATURA: 02.07.93.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | CONTRATO DE COMODATO Nº 02/93

PARTES
1) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF – COMODATÁRIA
2) ASSOCIAÇÃO PRÓ-DOWN – COMODANTE

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
082.005289/92	02/07/1993	10/07/94	

ESPÉCIE	LICITAÇÃO
Cessão Gratuita de Bens	

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Este Contrato tem por objetivo regular a cessão dos bens relacionados no verso deste Termo, cedidos pela Associação Pró-Down, doravante denominada Comodante, à Fundação Educacional do Distrito Federal, doravante denominada Comodatária, em função do Convênio nº 38/92, firmado entre as partes em 10/07/92.

xxxx

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM.%

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

1)	2)
MARCO ANTONIO DE MORAES Diretor Executivo	MARIA MADALENA NOBRE MENDONÇA Presidente
	ANDRÉ LUIZ PACHECO DA COSTA Diretor Financeiro

TESTEMUNHAS

Águida Maria Vítor	Walter Gomes de Sousa

COMA
PUBLICAÇÃO: FEDF
DA. DOI 1-1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | 8º T.Aditivo ao Convênio 14/91-FEDF

PARTES
1) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
2) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cr$
082.003308/91	30/06/93	31/12/93	.x.x.x.x.x.x.x.x.

ESPÉCIE	LICITAÇÃO
Prorrogação do Convênio	.x.x.x.x.xx.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Este Termo tem por finalidade prorrogar até 31 de dezembro de 1993, a vigência do Convênio nº 14/91, firmado em 22 de maio de 1991, entre esta FEDF e a NOVACAP, cujo objetivo refere-se a construção de 06 (seis) prédios escolares, sendo 02 (dois) com 12 (doze) salas de aula e 04 (quatro) com 15 (quinze) salas de aula, localizadas em áreas de assentamento do Distrito Federal, pelo sistema de construção convencional, diretamente ou através de contratação de terceiros.

Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais disposições do Convênio ora aditado.

x

VALOR POR EXTENSO

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM.%

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

.x.x.x.x.x.x. | .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$
.x.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.	.x.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x.x.x.

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

1)	2)
MARCO ANTONIO DE MORAES Diretor Executivo	NEWTON DE CASTRO Diretor Presidente
	MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA Diretora de Planejamento

TESTEMUNHAS

ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES MARIA INEZ DOS SANTOS PINTO	HELIO BUENO BRANDÃO Consultor Jurídico/PRES.

COMA
PUBLICAÇÃO: FEDF
Aprovado pela Diretoria em sua 2.765ª Sessão, realizada em 30/06/93
DA. DOI 1-1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | 3º T.Aditivo ao Convênio 64/92

PARTES
1) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
2) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cr$
082.012941/92	30/06/93	31/12/93	.x.x.x.x.x.x.x.x.

ESPÉCIE	LICITAÇÃO
Prorrogação do Convênio	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Este termo tem por finalidade prorrogar até 31/12/93 a vigência do Convênio nº 64/92, firmado em 14/10/92, entre esta FEDF e a NOVACAP, cujo objetivo refere-se à prestação de serviços por parte da NOVACAP à FEDF, visando à execução de reparos, recuperação e conservação com aquisição do material que se fizer necessário para aplicação em unidades escolares pertencentes à FEDF.

permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais disposições do Convênio ora aditado.

x x

VALOR POR EXTENSO

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM.%

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

.x.x.x.x.x.x. | .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$
.x.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.	.x.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x.x.x.

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

1)	2)
MARCO ANTONIO DE MORAES Diretor Executivo	NEWTON DE CASTRO Diretor Presidente
	MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA Diretora de Planejamento

TESTEMUNHAS

ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES MARIA INEZ DOS SANTOS PINTO	HELIO BUENO BRANDÃO Consultor Jurídico/PRES.

COMA
PUBLICAÇÃO: FEDF
Aprovado pela Diretoria em sua 2.765a. Sessão, realizada em 30/06/93.
DA. DOI 1-1

SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.

EXTRATO DE CONTRATO

CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 020/93. PROCESSO Nº: 102-094.713/93. PARTES: Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda-SHIS e a Firma Comat Comércio e Representações Ltda. OBJETO: Prestação de Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de um porteiro eletrônico, 24 interfones e dois portões automáticos. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Carta Convite nº 043/93. VALOR GLOBAL: Cr$ 43.200.000,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.164.0003-0. RECURSO: SHIS. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Pela SHIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano. DATA DA ASSINATURA: 28.06.93 . ASSINATURAS: P/SHIS: NELSON TADEU FILIPPELLI e CÍCERO MIRANDA FILHO, assistidos por: LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES. P/CONTRATADA: JUVENÁRIO BARBOSA AGUIAR NETO.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 112.004.976/93. **ESPÉCIE:** TERMO DE ADIT.CONTR. EMPR.SERJU/PRES. "F"-555/92, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da ampliação e reforma da Casa das Nove Luas, localizada no Setor Sul do Gama-DF, **CONTRATANTES:** COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP e a firma CONTARPP - ENGENHARIA LTDA. **VALOR:** Fica acrescentado ao contrato o valor de Cr$ 53.366.482,00 (cinquenta e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, e quatrocentos e oitenta e dois cruzeiros). **RECURSOS:** As despesas correrão por conta do Convênio nº 051/89-SO, publicado em 07.08.89, conforme Nota de Empenho nº 1566.148/93, emitida em 28.05.93. **DATA DA ASSINATURA:** 07.06.93. **PELA CONTRATADA:** PAULO ROBERTO PEREZ DE ALMEIDA. **PELA CONTRATANTE:** NEWTON DE CASTRO e MARCOS DECAT FRANÇA. **TESTEMUNHAS:** SÉRGIO FERREIRA DA SILVA e MARIA DO SOCORRO F. DA SILVA.

Republicado por haver saído com incorreção do DODF nº 118, de 24.06.93, pág. 24.

PS INFORMÁTICA LTDA.

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04

PAULO SÉRGIO CARVALHAIS DUTRA, MARIA DE LOURDES MELLO CARVALHAIS, ELCIO MANSUR E PERSIS ROCHA TORRES MESSIAS, únicos sócios da firma denominada **"PS INFORMÁTICA LTDA."**, estabelecida nesta capital no SCS Qd. 08 Bloco B - 50 Salas 528,530 e 532 Brasília-DF., inscrita no CGC-MF sob o nº 23.485.335/0001-04, resolvem de comum acordo aumentar o capital social para Cr$ 880.000.000,00 (Oitocentos e oitenta milhões de cruzeiros).

(DAR CR$ 1.053.750,00)

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio S/Nº celebrado entre o INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DF e a FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. OBJETO: O presente Convênio tem por finalidade a **"Aquisição de um Ônibus Escolar Ecológico"**. VALOR DO PRINCIPAL: Cr$ 1.797.835.404,24 (hum bilhão, setecentos e noventa e sete milhões, oitocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quatro cruzeiros e vinte e quatro centavos), reajustado para Cr$ 2.900.152.352,34 (dois bilhões, novecentos milhões, cento e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e quatro centavos). PRAZO: Este Convênio cobrirá o período de 05 (cinco) meses, a partir do mês de abril/93 até 31 do mês de agosto/93. DATA DE ASSINATURA: 27 de abril de 1993.

Brasília, 31 de maio de 1993
OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO

ASSOCIAÇAO SOBRADINHENSE DE EDUCADORES - ASSOED
EXTRATO DO ESTATUTO

FUNDAÇAO: 01 MAIO 93. **SEDE** Zona Rural do DF próximo a Sobradinho e **FORO:** em Sobradinho-DF. **TEMPO DE DURAÇAO:** Indeterminado. **FINALIDADE:** Objeto de instrução educacional cultural e esportiva, com fins de assistência social e de beneficiência. **MODO DE ADMINISTRAÇAO:** Representa o presidente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Diretoria eleita de três em três anos. Toda transferência de direitos deverão ser aprovadas por unanimidade da diretoria e presidente do conselho deliberativo. **CONDIÇOES DE DISSOLUÇAO:** Ato do diretor presidente com aprovação de toda diretoria e presidente do conselho, lavrado em Ata, transferirá o patrimonio a outra instituição do mesmo gênero - sociedade civil sem fins lucrativos. **DESTINO DO PATRIMONIO:** Manter entidades que não contrarie suas finalidades. **REFORMA DOS ESTATUTOS:** Qualquer alteração ou casos omissos neste Estatuto, deverá ser estudado e aprovado pela diretoria e seu conselho. BRASILIA-DF, 28 JUN 93. DIRETOR PRESIDENTE. WILSON RODRIGUES PEREIRA.

(DAR CR$ 1.264.500,00)

ASSOCIAÇÃO PRÓ-DEFICIENTE DE SAMAMBAIA - DF (APDS)
EXTRATO DO ESTATUTO

A Associação Pró-Deficiente de Samambaia-DF **(APDS)** é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede provisória à QR 501 Conjunto 16, Casa 07 - Samambaia-DF., com foro em Brasília-DF, tempo de duração indeterminado, com finalidade de defender e promover os direitos indeterminados, com finalidade de defender e promover os direitos individuais , coletivos dos deficientes e família e mais as famílias carentes, apoio a união entre os deficientes e a comunidade. Sua diretoria é composta da seguinte estrutura: Assembléia Geral, Conselho Executivo, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho de Apoio, em caso de dissolução será decidido por 2/3 (dois terços) dos membros em Assembléia Geral e seu patrimônio passará para outra entidade congênera, reconhecida no Conselho Nacional de Serviço Social, sendo seu presidente: Lusinete de Lira Dias Silva.

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SERVENG-CIVILSAN S/A – EMPRESAS

ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU AO IEMA/SEMATEC A RENOVAÇÃO DA SUA LICENÇA DE OPERAÇÃO POR 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, PARA ATIVIDADE DE USINA DE ASFALTO, NO LOCAL: IAS 01, nº 1.211, SIA, TRECHO 03, LOTES Nºs 1.845 A 1.910, EM BRASÍLIA-DF.

(DAR Cr$ 983.500,00)

ROSEMAR FIRMINO DE LIMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA de operação para atividade de Irrigação, no local: Núcleo Rural-Incra 9 — Gleba 3 Reserva J Chácara 488/12 — Brazlândia/DF, não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR Cr$ 562.000,00)

JOSÉ MAURICÉLIO GOMES

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna Público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA DE OPERAÇÃO, para a atividade de Irrigação, no local: Núcleo Rural — INCRA 9 — Gleba 3 Reserva J Chácara 488/0 — Brazlândia-DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR Cr$ 562.000,00)

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação dos Servidores da Fundação Hospitalar-DF convoca os senhores associados para uma assembléia geral extraordinária a realizar-se na sede da associação Setor de Grandes Áreas Públicas SIA. No dia 11.07.93 (Domingo) às 10h00 em primeira chamada e 10h30 em segunda chamada. À PAUTA: constituição da comissão eleitoral, encarregada de proceder a eleição a realizar-se no dia 1º de setembro de 1993, nos termos do Estatuto da ASFHDF. Antônio de Oliveira Silva — Diretor-Presiente.

(DAR Cr$ 940.500,00)

COMPULETRA INFORMÁTICA LTDA.
TABELA DE PREÇOS
CLARITY
JULHO / 93

Monousuário

Versão LT ..... Cr$ 248.800.000,00
(Disco Óptico Regravável 128 MB / Winchester)
Versão DO..... Cr$ 421.390.000,00
(Disco Óptico Regravável / Worm / Winchester)

Rede

Versão DD..... Cr$ 505.470.000,00
(para até 5 postos)
Versão DO..... Cr$ 764.500,000,00
(para até 5 postos)

Estão incluídos nos preço:
- Treinamento de 10 horas para 2 (duas) pessoas
- Suporte técnico de 120 horas num período de 6 (seis) meses

Software homologado pelo DEPIN/SCT dob número 20411-0.
OBS: Preço à vista.
Telefone: (061) 224.10.50

(DAR CR$ 2.107.500,00)

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB
LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB,torna público que requereu ao IEMA/ SEMATEC, Licença de Operação para o Sistema de Esgotos Sanitários do Assentamento Veredas – Brazlândia-DF.

Brasília, 06 de julho de 1993
MARCOS DE ALMEIDA CASTRO
Presidente

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB
AVISO DE CANCELAMENTO DAS TOMADAS DE PREÇOS N°S TP-049/93 e TP-050/93-CAESB.

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, comunica aos interessados que as licitações em referência marcadas para o dia 13.07.93, às 09:00 e 10:00 horas, respectivamente, foram canceladas, por razões administrativas.

Brasília, 02 de julho de 1993.
NELSON AFONSO DOS REIS
Comissão de Licitação
Presidente Substituto

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, através de sua Comissão de Licitação para Aquisição de Material, Bens e Serviços – CLAMBS, comunica que fará realizar a Licitação abaixo indicada:

TOMADA DE PREÇOS N°: 93.000010.01
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada ou desarmada para o Edifício-Sede e Filial Brasília/FIBRA.

ALTERAÇÕES: 1) Item 1.1.3, 2.1 e 3.1.1. do Edital; 2) Item 4.1.2., letra "a" do Edital; 3) Item 5.2.1.8, letra "a" do Edital; 4) Itens 8.2 e 9 do Edital; 5) Item 1.0 do Anexo I – Posto 06; 6) Item 2.2 do Anexo IV – Posto 06; 7) Item 3.1 do Anexo IV – Posto 14.

ACRESCENTAR: 8) Item 5.3.1 letra "e" do Edital **NOTA:** No item 1.1 do Anexo III
DATA DA REALIZAÇÃO: 21.07.93 às 09:00 horas
DATA PARA CADASTRO: 14.07.93 até às 18:00 horas.
LOCAL DA REALIZAÇÃO: Sala de Licitação do SESUS/DISUP/DEPAD/ FIBRA, sito à Av. L2 Norte, Quadra 601 – Módulo "G" – Brasília/DF.
HABILITAÇÃO: Dependerá do interessado comprovar que está regularmente inscrito no Cadastro de Fornecedores do SERPRO, conforme solicitado no Edital.
O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima, devendo ser recolhido na Tesouraria a importância de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), por Edital, nos horários de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas.

Brasília, 05 de julho de 1993
A Comissão

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, através de sua Comissão de Licitação para Aquisição de Material, Bens e Serviços – CLAMBS, comunica as alterações abaixo:

TOMADA DE PREÇOS: 93.000011.01
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas copiadoras/duplicadoras para o Edifício da Sede e Filial Brasília/FIBRA.
ALTERAÇÕES: 1)Acrescentada letra "d" no subitem 5.3.1 do Edital; 2) Alterado o item 7.2 do Edital; 3) Alterados os itens 01, 02 e 03 do Anexo III; 4) Alterados os itens 2.2.2, 2.2.4.1 e excluído o item 2.2.4.2 do Anexo IV; 5) Alterados os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 4.1 e excluído o item 4.2 do Anexo I.
DATA DA REALIZAÇÃO: 20.07.93 às 09:00 horas.
DATA PARA CADASTRO: 13.07.93 às 18:00 horas.
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sala de Licitação do SESUS/DISUP/DEPAD/FIBRA,sito à Av.L2 Norte – Quadra 601 – Módulo "G" – Brasília/DF.
HABILITAÇÃO: Dependerá do interessado comprovar que está regularmente inscrito no Cadastro de Fornecedores do SERPRO, conforme solicitado no Edital.
O Edital de Licitação encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima, devendo ser recolhido na Tesouraria a importância de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros), por Edital, nos horários: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

Brasília, 02 de julho de 1993.
A COMISSÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA
AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 013/93

A Comissão Permanente de Licitação da DR/BSB comunica que, por modificação de especificação técnica do objeto da licitação, foi prorrogada para 05/08/93, às 09:30 horas, a data de abertura da Concorrência n° 013/93, cujo objeto é a aquisição de 50.000 (cinqüenta mil) caixetas com tampas confeccionadas em plástico, a qual foi publicada no D.O.U., nos dias 16, 17 e 18/06/93, Seção III, nas páginas 7973, 8050 e 8129, respectivamente.

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 015/93

A Comissão Permanente de Licitação da DR/BSB comunica que, foi prorrogada para 06/09/93, às 09:30 horas, a data de abertura da Concorrência 015/93, a qual foi publicada no D.O.U., dos dias 23, 24 e 25/06/93, Seção III, nas páginas 8355, 8490 e 8569, respectivamente, em face de alteração nas páginas 01, 04 a 07 e 22 do Edital. A substituição das páginas alteradas será feito nos seguintes locais: SCPL/ GERAD/DR/BSB, no endereço: SBN Q. 1, B. "A", 4° Andar, Ala Sul-Brasília – DF – Fone: 217-2855. Nas SCPL/GERAD/DR/RJ e SP, nos seguintes endereços: RJ – Av. Presidente Vargas, 3077 – 7° Andar – Cidade Nova Rio de Janeiro – RJ; SP – Rua Mergenthaler n° 500/640 – 13° Andar – Vila Leopoldina São Paulo – SP, até 2 (dois) dias úteis da abertura da licitação.

FELIX JURANDIR DE LIMA JUNIOR
PRESIDENTE DA CPL – DR/BSB

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA
AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 048/93

A Comissão Permanente de Licitação da DR/BSB comunica que, por edição de nova lei reguladora do assunto, foi prorrogada para 22/07/93, às 09:30 horas, a data de abertura da Tomada de Preços n° 048/93, cujo objeto é a aquisição de selos de segurança para máquina de franquear e porta-rótulos, a qual foi publicada no D.O.U., no dia 23/07/93, seção III, na página 8355.

FELIX JURANDIR DE LIMA JUNIOR
PRESIDENTE DA CPL – DR/BSB